

STF BULLETIN

PORTUGUÊS | ENGLISH | ESPAÑOL

STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

STF BULLETIN

PORTUGUÊS | ENGLISH | ESPAÑOL

Outubro | October | Octubre
2026

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
FEDERAL SUPREME COURT
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

LUIZ **EDSON FACHIN**
MINISTRO PRESIDENTE | CHIEF JUSTICE | MINISTRO PRESIDENTE
16.06.2015

ALEXANDRE DE MORAES
VICE-PRESIDENTE | VICE-CHIEF JUSTICE | VICEPRESIDENTE
22.03.2017

GILMAR FERREIRA **MENDES**
DECANO | DEAN | DECANO
20.06.2002

CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA
MINISTRA | JUSTICE | MINISTRA
21.06.2006

JOSÉ ANTONIO **DIAS TOFFOLI**
MINISTRO | JUSTICE | MINISTRO
23.10.2009

LUIZ FUX
MINISTRO | JUSTICE | MINISTRO
03.03.2011

KASSIO **NUNES MARQUES**
MINISTRO | JUSTICE | MINISTRO
05.11.2020

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA **MENDONÇA**
MINISTRO | JUSTICE | MINISTRO
16.12.2021

CRISTIANO ZANIN MARTINS
MINISTRO | JUSTICE | MINISTRO
03.08.2023

FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA
MINISTRO | JUSTICE | MINISTRO
22.02.2024

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
Secretariat General of the Presidency
Secretaría General de la Presidencia
Roberto Dalledone Machado Filho

SECRETARIA DO TRIBUNAL
Secretariat of the Court
Secretaría del Tribunal
Desdêmona Tenório de Brito Toledo Arruda

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Chief of Staff of the Presidency
Gabinete de la Presidencia
André Ribeiro Giamberardino

SECRETARIA-GERAL DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
General Secretariat for Technology and Innovation
Secretaría General de Tecnología e Innovación
Júlio Cesar Gomides de Almeida

CENTRO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS DO STF
Centre for Constitutional Studies of the Federal Supreme Court
Centro de Estudios Constitucionales del Tribunal Supremo Federal
Fernando Facury Scaff
Carolina Freitas Gomide de Araújo

SECRETARIA DE ALTOS ESTUDOS
Secretariat for Advanced Studies
Secretaría de Estudios Avanzados
Christine Oliveira Peter da Silva

COORDENADORIA DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS
Coordination Office for Legal Research
Coordinación de Investigaciones Judiciales
Lívia Gil Guimarães

PRODUÇÃO DE TEXTO
Writing
Producción de Texto
Renata de Jesus Ferreira
Luiz Victor do Espírito Santo Silva
Ana Valéria de Oliveira Teixeira
Fernando Carneiro Rosa Fortes

COORDENADORIA DE DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO
Coordination Office for Information Dissemination
Coordinación de Difusión de la Información
André Pires Gontijo

REVISÃO E TRADUÇÃO DE TEXTO
Copyediting and Translation
Revisión y Traducción de Texto
Arianne Mesquita Rodrigues
Ariel Daltrozo Munhoz Menezes
Gustavo Antônio de Sousa Noleto
Ana Luísa Pernambuco Parisi
Ernani da Costa e Silva Filho
Francisca Javiera Gallardo Conejera

PRODUÇÃO EDITORIAL
Editorial Production
Producción Editorial
Rochelle Quito
Camila Penha Soares

PROJETO GRÁFICO
Graphic Design
Proyecto Gráfico
Aline da Silva Pereira
Camila Penha Soares
Roberto Hara Watanabe

DIAGRAMAÇÃO
Layout
Diagramación
Aline da Silva Pereira

LIVRARIA DO SUPREMO
SUPREME COURT BOOKSTORE
LIBRERÍA DEL SUPREMO
Supremo Tribunal Federal – Anexo 1 – Térreo
Praça dos Três Poderes
Brasília/DF – 70175-900
livrariasupremo@stf.jus.br
+55 (61) 3217.4493

APRESENTAÇÃO

O STF *Bulletin* é um periódico quadrimestral que apresenta resumos de casos relevantes decididos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em suas duas modalidades de julgamento: presencial e virtual. O objetivo desta publicação é fornecer informações sistematizadas para as comunidades jurídicas e acadêmicas e para a imprensa internacional, de modo a contribuir para a disseminação de informações relevantes sobre a jurisprudência do Tribunal.

O propósito desta obra é apresentar as decisões da Suprema Corte brasileira que encerram questões de direitos humanos, garantias fundamentais e demais temas sensíveis e essenciais ao Estado como democracia e Estado de Direito, promovendo, por meio de leitura descomplicada, fácil acesso às deliberações da Corte.

Os julgados aqui selecionados demonstram como os mais variados tópicos estão interconectados e impactam na promoção dos direitos humanos e na vida em sociedade. Apresentam aos leitores as questões que envolvem desigualdades, discriminações e abusos, bem como violações de direitos humanos, econômicos, ambientais e sociais, dentro de um complexo cenário de tópicos em que os integrantes da Suprema Corte brasileira são chamados a decidir.

A escolha editorial de uma publicação trilíngue visa a contribuir para disseminação da jurisprudência do Tribunal entre a comunidade internacional e a promover a difusão sistemática de informações, permitindo uma ampliação do diálogo jurisdicional entre o STF e as Cortes Constitucionais ao redor do mundo.

A adoção da linguagem simples para a divulgação em língua portuguesa desta obra busca facilitar o acesso das nações lusófonas à informação da jurisprudência constitucional brasileira, bem como atender aos compromissos do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples. A versão em espanhol visa alcançar o público dos países vizinhos da América Latina, principalmente os estados-membros do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Por fim, a versão das sínteses em inglês pretende aproximar a jurisprudência do STF da comunidade anglofalante em todo o mundo.

São apresentados o nome da ação, um breve resumo do julgado, a identificação do ministro relator e, se for o caso, do ministro redator do acórdão, a data de julgamento e o órgão julgador. Em seguida, é exibida a síntese do caso, dividida em três partes: resumo, tese fixada e normas mencionadas. Identificam-se, ainda, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda da Organização das Nações Unidas (ONU) 2030.

Espera-se que esta publicação contribua para a disseminação mais ampla da jurisprudência brasileira e se torne uma referência a todos aqueles interessados em conhecer as questões discutidas no Supremo Tribunal Federal. Por fim, dada a natureza dos temas contidos nas relações sociais em escala mundial, espera-se também que o Poder Judiciário seja visto e compreendido como um instrumento capaz de efetivar os direitos dos cidadãos.

PRESENTATION

The *STF Bulletin* is journal published every four months which presents summaries of relevant cases decided by the Federal Supreme Court (STF), in its two modes of judgment: in-person and virtual. The aim of this publication is to provide systematized information to the legal and academic communities and the international press, in order to contribute to the dissemination of relevant information on the Court's case law.

The purpose of this work is to present the decisions of the Brazilian Supreme Court, decisions that deal with human rights issues, fundamental guarantees, and other sensitive, essential topics for the State, such as democracy and the Rule of Law, promoting easy access to the Court's decisions through uncomplicated reading.

The selected decisions show how several topics are interconnected and have a direct impact on both the promotion of human rights and life in society. These cases raise awareness of issues involving inequalities, discrimination, and abuse, as well as violations of human, economic, environmental, and social rights, within a complex scenario of topics upon which the members of the Brazilian Supreme Court have to decide.

The decision to publish in three languages aims to contribute towards the dissemination of the Court's precedents among the international community by promoting the systematic disclosure of information and allowing an expansion of the jurisdictional dialogue between the STF and other Constitutional Courts.

The adoption of simple language for the publication of this work in Portuguese is intended to facilitate access to information on Brazilian constitutional case law by Portuguese-speaking nations, as well as to meet the commitments of the National Pact of the Judiciary for Simple Language. The Spanish version focuses on the public in neighboring Latin American countries, reaching, especially, the member states of the Inter-American Human Rights System. Finally, the English version strives to bring the STF's case law closer to the English-speaking community around the world.

The name and a brief summary of the case, the identification of the Rapporteur Justice and, if applicable, the justice who drafted the judgment, the date of the judgment and the court are shown. This is followed by an outline of the case, divided into three parts: summary, rule statement and norms mentioned. The Sustainable Development Goals (SDGs) of the United Nations (UN) 2030 Agenda are also identified.

We hope that this publication contributes towards reaching a wider dissemination of Brazilian case law, and that it becomes a reference for all those interested in learning about the issues discussed in the Brazilian Supreme Court. Finally, given the nature of the subjects regarding social relations on a global scale, the Judiciary may be seen and understood as an instrument that ensures rights for all citizens.

PRESENTACIÓN

El *STF* Bulletin es un periódico cuatrimestral que presenta resúmenes de los casos relevantes decididos por el Supremo Tribunal Federal (STF), en sus dos modalidades de juicio: presencial y virtual. El objetivo de esta publicación es proporcionar información sistematizada a las comunidades jurídicas y académicas y a la prensa internacional, de forma que contribuya a la difusión de información relevante sobre la jurisprudencia del Tribunal.

El propósito de la obra es presentar las decisiones de la Suprema Corte brasileña que tratan de cuestiones de derechos humanos, garantías fundamentales y otros temas sensibles y esenciales para el Estado, como la democracia y el Estado de Derecho, proporcionando, a través de una lectura sencilla, un fácil acceso a las deliberaciones de la Corte.

Los juicios seleccionados demuestran cómo los más variados temas se interconectan e influyen en la promoción de los derechos humanos y en la vida en sociedad. Enseñan a los lectores sobre las cuestiones relativas a desigualdades, discriminaciones y abusos, así como violaciones de derechos humanos, económicos, ambientales y sociales, en un complejo escenario de temas que los miembros de la Suprema Corte brasileña están encargados de decidir.

La elección editorial de hacer una publicación trilingüe pretende contribuir a la difusión de la jurisprudencia del Tribunal entre la comunidad internacional, y promover la propagación sistemática de información, proporcionando la ampliación del diálogo jurisdiccional entre el STF y las Cortes Constitucionales de todo el mundo.

La adopción de un lenguaje sencillo para la publicación en portugués de esta obra busca facilitar a las naciones que hablan esa lengua el acceso a la información acerca de la jurisprudencia constitucional brasileña, así como cumplir con los compromisos del Pacto Judicial Nacional por un Lenguaje Sencillo. La versión en español tiene como objetivo alcanzar al público de los países vecinos de América Latina, principalmente a los Estados miembros del Sistema Interamericano de Derechos Humanos. Por último, la versión en inglés de las síntesis busca acercar la jurisprudencia del STF a la comunidad anglófona de todo el mundo.

Se presentan el nombre de la acción, un breve resumen de la sentencia, la identificación del ministro ponente y, si es el caso, del ministro redactor de la sentencia, la fecha del juicio y el órgano juzgador. A continuación, se expone la síntesis del caso, dividida en tres partes: resumen, tesis fijada y normas mencionadas. Se identifican también los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la Agenda de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) 2030.

Se espera que esta publicación coadyuve a una mayor difusión de la jurisprudencia brasileña y que se convierta en una referencia para todos los interesados en conocer las cuestiones debatidas en el Supremo Tribunal Federal. Por último, considerando la naturaleza de los temas relativos a las relaciones sociales a nivel mundial, también se espera que el Poder Judicial sea visto y comprendido como un instrumento capaz de hacer efectivos los derechos de los ciudadanos.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.847

» Lei estadual que assegura a pais e responsáveis o direito de vedar a participação de filhos ou dependentes em atividades pedagógicas relacionadas a gênero em instituições de ensino públicas e privadas é inconstitucional..... 8

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 92
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.612
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.631

» É constitucional – por estar em harmonia com o dever de promoção da igualdade material entre mulheres e homens nas relações laborais – lei federal que estabelece mecanismo de transparência salarial e de critérios remuneratórios voltados à redução de disparidades históricas de gênero no setor privado..... 10

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.401

» As normas estaduais que exigem o requisito de aptidão plena para que pessoas com deficiência possam acessar cargos públicos são inconstitucionais, porque violam a competência da União para promulgar normas gerais sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência e o princípio da isonomia. 12

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.309

» É inconstitucional exigir idade mínima para a aposentadoria especial prevista na Emenda Constitucional 103/2019, porque essa regra não se compatibiliza com a finalidade do benefício, que é proteger o trabalhador da longa exposição a agentes nocivos..... 15

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.037.396 ED E OUTROS

» A responsabilidade dos provedores de aplicações de internet por danos decorrentes de conteúdos gerados por terceiros é, em regra, solidária e baseada no sistema de notificação extrajudicial, ressalvando-se hipóteses específicas de incidência do regime de ordem judicial prévia e fixando a presunção relativa de culpa para conteúdos impulsionados pagos e mecanismos artificiais de disseminação inorgânica de conteúdos ilícitos..... 17

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.706 E
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.707

» É constitucional a regra da Emenda Constitucional 133/2024 que obriga os partidos a aplicar 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do Fundo Partidário em candidaturas de pessoas pretas e pardas..... 19

DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY 7,847

» A state law guaranteeing parents and legal guardians the right to veto the participation of their children or dependants in gender-related educational activities in public and private educational institutions is unconstitutional..... 8

DECLARATORY ACTION OF CONSTITUTIONALITY 92
DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY 7,612
DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY 7,631

» A federal law establishing a mechanism for pay transparency and remuneration criteria aimed at reducing historical gender disparities in the private sector is constitutional, as it aligns with the duty to promote substantive equality between women and men in labour relations..... 10

DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY 7,401

» State laws that impose a full-fitness requirement on persons with disabilities seeking to enter public office are unconstitutional because they violate the Federal Government's authority to enact general regulations on the protection and social integration of persons with disabilities, as well as the principle of equality..... 12

DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY 6,309

» Imposing a minimum age for the special retirement benefit under Constitutional Amendment 103/2019 is unconstitutional because it conflicts with the benefit's purpose of protecting workers from prolonged exposure to harmful agents..... 15

EXTRAORDINARY APPEAL 1,037,396 ED AND OTHERS

» The liability of internet application providers for damages arising from content generated by third parties is, as a general rule, joint and several and based on the extrajudicial notification system, except in specific cases where the prior court order regime applies; a rebuttable presumption of fault applies to paid boosted content and to artificial mechanisms for the inorganic dissemination of unlawful content. 17

DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY 7,706 AND
DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY 7,707

» The provision of Constitutional Amendment 133/2024 requiring political parties to allocate 30 per cent of resources from the Special Fund for Campaign Financing and the Party Fund to Black and mixed-race candidates is constitutional..... 19

ACCIÓN DIRECTA DE INCONSTITUCIONALIDAD 7.847

» La ley de los estados que garantiza a los padres y los tutores el derecho a prohibir la participación de sus hijos o personas a su cargo en actividades pedagógicas relacionadas con el género en centros educativos públicos y privados es inconstitucional..... 8

ACCIÓN DECLARATIVA DE CONSTITUCIONALIDAD 92
ACCIÓN DIRECTA DE INCONSTITUCIONALIDAD 7.612
ACCIÓN DIRECTA DE INCONSTITUCIONALIDAD 7.631

» Es constitucional - por estar en consonancia con el deber de promover la igualdad material entre mujeres y hombres en las relaciones laborales- la ley federal que establece mecanismo de transparencia salarial y criterios retributivos destinados a reducir las disparidades históricas de género en el sector privado. 10

ACCIÓN DIRECTA DE INCONSTITUCIONALIDAD 7.401

» Las normas de los estados que exigen el requisito de plena aptitud para que las personas con discapacidad puedan acceder a cargos públicos son inconstitucionales, ya que vulneran la competencia de la Unión para promulgar normas generales sobre la protección y la integración social de las personas con discapacidad, así como el principio de igualdad. 12

ACCIÓN DIRECTA DE INCONSTITUCIONALIDAD 6.309

» Es inconstitucional exigir una edad mínima para la jubilación especial prevista en la Enmienda Constitucional 103/2019, ya que dicha norma no es compatible con la finalidad de la prestación, que es proteger al trabajador de la exposición prolongada a agentes nocivos..... 15

RECURSO EXTRAORDINARIO 1.037.396 ED Y OTROS

» La responsabilidad de los proveedores de aplicaciones de Internet por los daños derivados de contenidos generados por terceros es, por regla general, solidaria y se basa en el sistema de notificación extrajudicial, salvo los supuestos específicos en los que se aplica el régimen de orden judicial previa, estableciéndose una presunción relativa de culpa para los contenidos promocionados de forma pagada y de los mecanismos artificiales de difusión inorgánica de contenidos ilícitos..... 17

ACCIÓN DIRECTA DE INCONSTITUCIONALIDAD 7.706 Y
ACCIÓN DIRECTA DE INCONSTITUCIONALIDAD 7.707

» Es constitucional la disposición de la Enmienda Constitucional 133/2024 que obliga a los partidos políticos a destinar el 30 % de los recursos del Fondo Especial de Financiamiento de Campañas y del Fondo de los Partidos a candidaturas de personas *pretas y pardas*..... 19

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.639

» É constitucional a norma estadual que prevê multa para quem divulgar informações falsas sobre epidemias, endemias e pandemias. 22

MANDADO DE INJUNÇÃO 7.516

» Lacuna legislativa quanto à mineração em terras indígenas, abrangendo a pesquisa e lavra de recursos minerais, bem como a participação das comunidades afetadas..... 24

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.537.713

» As medidas protetivas da Lei Maria da Penha podem ser aplicadas a distintos tipos de violência de gênero, inclusive fora do âmbito doméstico, familiar ou afetivo. 26

DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY 7,639

» A state law establishing a fine for the dissemination of false information about epidemics, endemic diseases, and pandemics is constitutional. 22

WRIT OF INJUNCTION 7,516

» The National Congress is in default for failing to regulate mining on Indigenous lands, including the exploration and extraction of mineral resources and the participation of affected communities, and a 24-month deadline has been set for the enactment of the relevant law..... 24

INTERLOCUTORY APPEAL IN EXTRAORDINARY APPEAL 1,537,713

» The protective measures under the Maria da Penha Law may be applied to any form of gender-based violence, even outside the domestic, family, or romantic context. 26

ACCIÓN DIRECTA DE INCONSTITUCIONALIDAD 7.639

» Es constitucional la norma del Estado de Bahia que prevé una multa para quien difunda información falsa sobre epidemias, endemias y pandemias. 22

MANDADO DE INJUNÇÃO 7.516

» Omisión legislativa en materia de minería en tierras indígenas, que abarca la exploración y la explotación de recursos minerales, así como la participación de las comunidades afectadas. 24

RECURSO CONTRA LA INADMISIÓN DE UN RECURSO EXTRAORDINARIO 1.537.713

» Las medidas de protección de la Ley Maria da Penha pueden aplicarse a distintos tipos de violencia de género, incluso fuera de los ámbitos doméstico, familiar o afectivo. 26

STF BULLETIN

PORTUGUÊS

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.847

Lei estadual que assegura a pais e responsáveis o direito de vedar a participação de filhos ou dependentes em atividades pedagógicas relacionadas a gênero em instituições de ensino públicas e privadas é inconstitucional.

Relatora: Ministra Cármen Lúcia
Data de julgamento: 11.05.2026
Órgão julgador: Plenário Virtual



ADI 7.847

RESUMO

I - Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada por diversas associações civis, contra a Lei 12.479/2025, do Estado do Espírito Santo, que assegura aos pais e aos responsáveis o direito de vedar a participação de seus filhos ou de seus dependentes em atividades pedagógicas de gênero realizadas em instituições de ensino públicas e privadas.

Os autores alegaram que a lei invade a liberdade de expressão e de cátedra, além de impedir uma educação que promova o respeito à dignidade da pessoa humana, aos direitos humanos em geral e, assim, ao direito à não-discriminação por minorias e grupos vulnerabilizados.

II - O Supremo Tribunal Federal, por maioria, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade da lei.

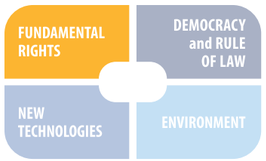
A Corte reputou que a Constituição atribui à União competência privativa para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional e, em paralelo, prevê competência concorrente para a edição de normas gerais em educação, preservada a atuação suplementar de estados e municípios dentro das balizas nacionais. No plano infraconstitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que a educação é dever da família e do Estado, orientada ao pleno desenvolvimento do educando e

ENGLISH

DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY 7,847

A state law guaranteeing parents and legal guardians the right to veto the participation of their children or dependants in gender-related educational activities in public and private educational institutions is unconstitutional.

Rapporteur: Justice Cármen Lúcia
Decision date: 11 May 2026
Competent court: Virtual Full Court



ADI 7,847

SUMMARY

I – This is a direct action of unconstitutionality brought by various civil associations against Law 12,479/2025 of the State of Espírito Santo, which grants parents and legal guardians the right to veto the participation of their children or dependants in gender-related educational activities carried out in public and private educational institutions.

The plaintiffs argued that the law infringes on freedom of expression and academic freedom, impedes an education that promotes respect for human dignity and human rights in general, and, consequently, undermines the rights of minorities and vulnerable groups to be free from discrimination.

II – The Federal Supreme Court, by a majority, granted the request and declared the law unconstitutional.

The Court held that the Constitution grants the Federal Government exclusive authority to legislate on the guidelines and bases of national education and, in parallel, provides for concurrent legislative competence in educational matters, under which the Federal Government enacts general rules, while preserving the supplementary role of states and municipalities within the national framework. At the infraconstitutional level, the Law of Guidelines and Bases of National Education (Law 9,394/1996) establishes that education is

ESPAÑOL

ACCIÓN DIRECTA DE INCONSTITUCIONALIDAD 7.847

La ley de los estados que garantiza a los padres y los tutores el derecho a prohibir la participación de sus hijos o personas a su cargo en actividades pedagógicas relacionadas con el género en centros educativos públicos y privados es inconstitucional.

Ponente: Ministra Cármen Lúcia
Fecha del juicio: 11.05.2026
Órgano juzgador: Pleno Virtual



ADI 7.847

RESUMEN

I - Se trata de una acción directa de inconstitucionalidad, interpuesta por diversas asociaciones civiles, contra la Ley 12.479/2025 del Estado de Espírito Santo, que garantiza a los padres y los tutores el derecho a prohibir la participación de sus hijos o las personas a su cargo en actividades pedagógicas sobre género que se lleven a cabo en centros educativos públicos y privados.

Los demandantes alegaron que la ley viola la libertad de expresión y de docencia, además de impedir una educación que promueva el respeto a la dignidad de la persona humana, a los derechos humanos en general y, por tanto, al derecho a la no discriminación de las minorías y los grupos vulnerables.

II - El Supremo Tribunal Federal, por mayoría, estimó la acción directa para declarar la inconstitucionalidad de la ley.

El Tribunal consideró que la Constitución atribuye a la Unión la competencia exclusiva para legislar sobre las directrices y las bases de la educación nacional y, paralelamente, prevé una competencia concurrente para la promulgación de normas generales en materia de educación, preservando la actuación complementaria de los estados y los municipios dentro de los

SUMÁRIO | CONTENTS | INDICE

ao preparo para o exercício da cidadania, e fixa princípios como liberdade de aprender e ensinar e pluralismo de ideias.

Conforme a jurisprudência desta Corte, são formalmente inconstitucionais leis estaduais ou municipais que, sob o pretexto de interesse local, intervenham em currículo, conteúdos programáticos ou metodologia de ensino, em desconformidade com as diretrizes nacionais fixadas pela União, notadamente quando vedam a abordagem de temas relacionados a gênero e orientação sexual na rede de ensino.

Ademais, o conteúdo do direito à educação acolhe o dever estatal de capacitar todas as pessoas a participar efetivamente de uma sociedade livre, justa e igualitária e o compromisso com a promoção da igualdade, dignidade e não discriminação. Nesse sentido, proibições genéricas a conteúdos educacionais dessa natureza tendem a colidir com a liberdade de expressão, a vedação de censura e o pluralismo pedagógico.

Na espécie, a norma impugnada, a pretexto de garantir escolhas familiares, atribuiu a pais e responsáveis poder de veto sobre atividades pedagógicas de gênero e impôs às instituições de ensino deveres de informação e de adequação às restrições fixadas em lei, interferindo diretamente na proposta pedagógica e no ambiente plural que deve reger o ensino.

NORMAS MENCIONADAS

Artigos 1º, III; 3º, I e IV; 22, XXIV; 24, IX e §§ 1º a 4º, da Constituição Federal de 1988. Artigos 2º e 3º da Lei 9.394/1996.

the duty of the family and the State, aimed at the full development of students and preparation for the exercise of citizenship, and sets forth principles such as freedom to learn and teach and pluralism of ideas.

According to the Court's case law, state or municipal laws that, under the guise of local interest, interfere with the curriculum, course content, or teaching method in breach of national guidelines established by the Federal Government are formally unconstitutional, particularly where they prohibit the discussion of topics related to gender and sexual orientation within the formal education system.

Furthermore, the right to education encompasses the State's duty to empower all people to participate effectively in a free, just, and egalitarian society, as well as a commitment to promoting equality, dignity, and non-discrimination. In this regard, generic prohibitions on educational content of this nature tend to conflict with freedom of expression, the prohibition of censorship, and educational pluralism.

In this case, the challenged provision, under the pretext of safeguarding family choices, granted parents and guardians veto power over gender-related educational activities and imposed on educational institutions duties to provide information and to comply with the restrictions established by law, thereby directly interfering with the educational approach and the pluralistic environment that should govern education.

NORMS MENTIONED

Article 1, item III; Article 3, items I and IV; Article 22, item XXIV; Article 24, item IX, and paragraphs 1 to 4 of the 1988 Federal Constitution. Articles 2 and 3 of Law 9,394/1996.

marcos nacionales. En el ámbito infraconstitucional, la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDB) establece que la educación es un deber de la familia y del Estado, orientada al pleno desarrollo del alumno y a la preparación para el ejercicio de la ciudadanía, y consagra principios como la libertad de aprender y enseñar, y el pluralismo de ideas.

Según la jurisprudencia de este Tribunal, son formalmente inconstitucionales aquellas leyes de los estados o los municipios que, con el pretexto del interés local, intervengan en el plan de estudios, los contenidos programáticos o la metodología de enseñanza, en contravención de las directrices nacionales establecidas por la Unión, especialmente cuando prohíben abordar temas relacionados con el género y la orientación sexual en el sistema educativo.

Además, el contenido del derecho a la educación incluye el deber del Estado de capacitar a todas las personas para que participen de manera efectiva en una sociedad libre, justa e igualitaria, así como el compromiso con la promoción de la igualdad, la dignidad y la no discriminación. En este sentido, las prohibiciones genéricas de contenidos educativos de esta naturaleza tienden a entrar en conflicto con la libertad de expresión, la prohibición de la censura y el pluralismo pedagógico.

En el caso que nos ocupa, la norma impugnada, con el pretexto de garantizar las decisiones familiares, otorgó a los padres y tutores el poder de veto sobre las actividades pedagógicas relacionadas con el género e impuso a las instituciones educativas la obligación de informar y de ajustarse a las restricciones establecidas por la ley, interfiriendo directamente en la propuesta pedagógica y en el entorno plural que debe regir la enseñanza.

NORMAS MENCIONADAS

Artículos 1, III; 3, I y IV; 22, XXIV; 24, IX y párrafos del 1 al 4 de la Constitución Federal de 1988. Artículos 2 y 3 de la Ley 9.394/1996.

STF BULLETIN

PORTUGUÊS

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 92
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.612
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.631

É constitucional – por estar em harmonia com o dever de promoção da igualdade material entre mulheres e homens nas relações laborais – lei federal que estabelece mecanismo de transparência salarial e de critérios remuneratórios voltados à redução de disparidades históricas de gênero no setor privado.

Relator: Ministro Alexandre de Moraes
Data de julgamento: 14.05.2026
Órgão julgador: Plenário Presencial



ADC 92
ADI 7.612
ADI 7.631

RESUMO

I – A Lei Federal 14.611/2023, que altera o art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, para tratar de discriminação no ambiente laboral por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade; e estabelece a necessidade de publicação semestral de relatórios de transparência salarial e de critérios remuneratórios pelas pessoas jurídicas de direito privado, teve sua constitucionalidade contestada por entidades laborais.

II – O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que a referida lei e sua regulamentação estão em conformidade com o texto constitucional.

A Corte reputou que a lei impugnada tem por finalidade dar concretude aos objetivos fundamentais da República (CF/1988, art. 3º), viabilizando a igualdade material e a proibição de distinção de renda por motivo de sexo (CF/1988, art. 5º, I; e art. 7º, XXX).

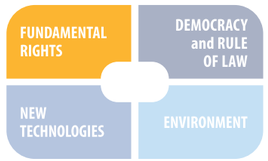
Trata-se de política pública direcionada a combater assimetrias consolidadas em práticas organizacionais que, estrutural e historicamente, impõem remuneração inferior à mão de obra feminina pelo exercício de funções idênticas às desempenhadas por homens.

ENGLISH

DECLARATORY ACTION OF CONSTITUTIONALITY 92
DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY 7,612
DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY 7,631

A federal law establishing a mechanism for pay transparency and remuneration criteria aimed at reducing historical gender disparities in the private sector is constitutional, as it aligns with the duty to promote substantive equality between women and men in labour relations.

Rapporteur: Justice Alexandre de Moraes
Decision date: 14 May 2026
Competent court: In-Person Full Court



ADC 92
ADI 7,612
ADI 7,631

SUMMARY

I – Labour organisations challenged the constitutionality of Federal Law 14,611/2023, which amends Article 461 of the Consolidation of Labour Laws to address workplace discrimination based on sex, race, ethnicity, origin, or age, and requires private-law legal entities to publish semi-annual reports on pay transparency and remuneration criteria.

II – The Federal Supreme Court (STF) unanimously ruled that the aforementioned law and its regulations comply with the Constitution.

The Court held that the purpose of the challenged law is to give concrete effect to the fundamental objectives of the Republic (1988 Federal Constitution, Article 3), thereby enabling substantive equality and prohibiting differences in pay on grounds of sex (Article 5, item I, and Article 7, item XXX, of the 1988 Federal Constitution).

This public policy aims to combat entrenched disparities in organisational practices that, structurally and historically, result in lower pay for women performing the same duties as men.

ESPAÑOL

ACCIÓN DECLARATIVA DE CONSTITUCIONALIDAD 92
ACCIÓN DIRECTA DE INCONSTITUCIONALIDAD 7.612
ACCIÓN DIRECTA DE INCONSTITUCIONALIDAD 7.631

Es constitucional - por estar en consonancia con el deber de promover la igualdad material entre mujeres y hombres en las relaciones laborales - la ley federal que establece mecanismo de transparencia salarial y criterios retributivos destinados a reducir las disparidades históricas de género en el sector privado.

Ponente: Ministro Alexandre de Moraes
Fecha del juicio: 14.05.2026
Órgano juzgador: Pleno presencial



ADC 92
ADI 7.612
ADI 7.631

RESUMEN

I – La Ley Federal 14.611/2023, que modifica el artículo 461 de la Consolidación de las Leyes Laborales para abordar la discriminación en el ámbito laboral por motivos de sexo, raza, etnia, origen o edad; y establece la obligación de que las personas jurídicas de derecho privado publiquen semestralmente informes sobre la transparencia salarial y los criterios de remuneración, ha sido objeto de impugnación por parte de entidades sindicales en cuanto a su constitucionalidad.

II – El Supremo Tribunal Federal (STF) ha decidido, por unanimidad, que dicha ley y su reglamento se ajustan al texto constitucional.

El Tribunal consideró que la ley impugnada tiene por finalidad concretar los objetivos fundamentales de la República (CF/1988, artículo 3), haciendo efectiva la igualdad material y la prohibición de la distinción de ingresos por motivos de sexo (CF/1988, artículo 5, I; y artículo 7, XXX).

Se trata de una política pública destinada a luchar contra las asimetrías arraigadas en las prácticas organizativas que, desde un punto de vista estructural e histórico, imponen una remuneración inferior a la mano de obra femenina por el desempeño de funciones idénticas a las desempeñadas por los hombres.

SUMÁRIO | CONTENTS | INDICE

Nesse contexto, a norma institui instrumentos para assegurar a isonomia remuneratória, coibir condutas discriminatórias, fixar mecanismos de transparência, estruturar canais para denúncias de discriminação, fomentar programas de diversidade e inclusão no ambiente do trabalho e impulsionar a capacitação profissional de mulheres.

O fornecimento de informações e a subsequente divulgação, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do resultado agregado dos relatórios semestrais constituem expedientes instrumentais de compliance, impositivos às pessoas jurídicas de direito privado com 100 (cem) ou mais empregados. Essa sistemática de publicidade deve, obrigatoriamente, preservar a privacidade e resguardar o sigilo das informações mediante a anonimização dos dados, em estrita observância aos ditames da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Ademais, caso verificada disparidade remuneratória injustificada, cumpre ao empregador elaborar e executar plano de ação para mitigar a distorção, com metas, prazos e participação garantida das entidades sindicais e dos representantes dos trabalhadores. Entretanto, a mera constatação de desequiparações estatísticas no relatório não enseja a aplicação imediata de penalidade; a sanção administrativa pressupõe o descumprimento do dever informacional, caracterizado pela omissão da empresa em publicar o respectivo documento de transparência.

Por fim, afastou a responsabilização de empresas caso eventuais alterações supervenientes na regulamentação infralegal venham a fragilizar o processo de anonimização e exposição de dados pessoais e concorrenciais vedados por lei.

NORMAS MENCIONADAS

Artigos 3º, 5º, I e 7º, XXX e 227 da Constituição Federal de 1988. Artigo 461 da Consolidação das Leis do Trabalho.

In this context, the law establishes measures to ensure equal pay, curb discriminatory conduct, create transparency mechanisms, establish channels for reporting discrimination, promote workplace diversity and inclusion programmes, and encourage professional training for women.

The Ministry of Labour and Employment must provide information and disclose the aggregate results of the semi-annual reports, which private-law legal entities with 100 or more employees are required to submit. This disclosure system must preserve privacy and safeguard confidentiality by anonymising data, in strict compliance with the General Data Protection Law (LGPD).

Furthermore, should an unjustified pay gap be identified, the employer must prepare and implement an action plan to mitigate the disparity, setting out goals, deadlines, and guaranteed participation by labour unions and workers' representatives. However, the mere finding of statistical disparities in the report does not immediately trigger a penalty. An administrative sanction presupposes a breach of the duty to provide information, characterised by the company's failure to publish the relevant transparency document.

Finally, the Court exempted companies from liability should subsequent changes to secondary regulations undermine the process of anonymising and disclosing personal and commercially sensitive data whose disclosure is prohibited by law.

NORMS MENTIONED

Article 3; Article 5, item I; Article 7, item XXX; and Article 227 of the 1988 Federal Constitution. Article 461 of the Consolidation of Labour Laws.

En este contexto, la norma establece los instrumentos para garantizar la igualdad salarial, reprimir las conductas discriminatorias, fijar mecanismos de transparencia, estructurar canales para la denuncia de la discriminación, fomentar programas de diversidad e inclusión en el entorno laboral e impulsar la capacitación profesional de las mujeres.

El suministro de informaciones y la posterior divulgación, por parte del Ministerio de Trabajo y Empleo, del resultado agregado de los informes semestrales constituyen mecanismos instrumentales de cumplimiento normativo, de carácter obligatorio para las personas jurídicas de derecho privado con 100 (cien) o más empleados. Este sistema de publicidad debe preservar obligatoriamente la privacidad y salvaguardar la confidencialidad de la información mediante la anonimización de los datos, en estricto cumplimiento de lo dispuesto en la Ley General de Protección de Datos Personales (LGPD).

Además, en caso de que se detecte una disparidad salarial injustificada, corresponde al empleador elaborar y ejecutar un plan de acción para mitigar dicha distorsión, con objetivos, plazos y la participación garantizada de las organizaciones sindicales y de los representantes de los trabajadores. No obstante, la mera constatación de desiguales estadísticas en el informe no da lugar a la aplicación inmediata de una sanción; la sanción administrativa presupone el incumplimiento del deber de información, caracterizado por la omisión de la empresa a la hora de publicar el documento de transparencia correspondiente.

Por último, se ha excluido la responsabilidad de las empresas en caso de que eventuales modificaciones posteriores en la normativa infralegal lleguen a debilitar el proceso de anonimización y de divulgación de datos personales y competitivos prohibidos por ley.

NORMAS MENCIONADAS

Artículos 3, 5, I y 7, XXX y 227 de la Constitución Federal de 1988. Artículo 461 de la Consolidación de las Leyes Laborales.

STF BULLETIN

PORTUGUÊS

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.401

As normas estaduais que exigem o requisito de aptidão plena para que pessoas com deficiência possam acessar cargos públicos são inconstitucionais, porque violam a competência da União para promulgar normas gerais sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência e o princípio da isonomia.

Relator: Ministro Nunes Marques
Data de julgamento: 15.05.2026
Órgão julgador: Plenário Virtual



ADI 7.401

RESUMO

I - Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Procurador-Geral da República contra dispositivos de lei e decreto do Estado do Piauí em que: a) eliminavam o direito das pessoas com deficiência de se inscreverem em concursos públicos para cargos que exigissem aptidão plena do candidato; b) determinavam a exclusão automática de candidatos com deficiência nos testes de aptidão física quando o cargo exigisse essa aptidão; c) retiravam a reserva de vagas para pessoas com deficiência em concursos para cargos militares ou para qualquer cargo que exigisse aptidão plena.

O peticionário sustenta que a Constituição proíbe a discriminação contra pessoas com deficiência, garante a reserva de vagas em concursos públicos, garante o direito ao trabalho em igualdade de oportunidades e assegura o princípio da igualdade.

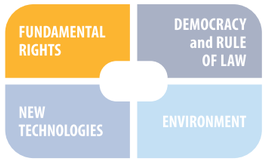
II - O Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, julgou procedente o pedido e declarou a inconstitucionalidade do *caput* e da expressão "exceto nos casos em que se exija aptidão plena do candidato em razão da função a ser desempenhada", constante do § 1º, ambos do art. 61 da Lei 6.653/2015, bem como do art. 25, § 6º, do Decreto 15.259/2013, do

ENGLISH

DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY 7,401

State laws that impose a full-fitness requirement on persons with disabilities seeking to enter public office are unconstitutional because they violate the Federal Government's authority to enact general regulations on the protection and social integration of persons with disabilities, as well as the principle of equality.

Rapporteur: Justice Nunes Marques
Decision date: 15 May 2026
Competent court: Virtual Full Court



ADI 7,401

SUMMARY

I – This is a direct action of unconstitutionality filed by the Prosecutor General against provisions of a law and a decree of the State of Piauí which (a) deprived persons with disabilities of the right to apply for civil-service examinations for positions requiring full fitness; (b) provided for the automatic exclusion of candidates with disabilities from physical fitness tests when the position required such fitness; and (c) removed the reservation of places for persons with disabilities in civil-service examinations for military positions or for any position requiring full fitness.

The plaintiff argued that the Constitution prohibits discrimination against persons with disabilities, ensures reserved places in civil-service examinations, guarantees the right to work on an equal-opportunity basis, and upholds the principle of equality.

II – The Federal Supreme Court unanimously granted the request and declared unconstitutional the head paragraph of Article 61 of Law 6,653/2015 and the expression 'except in cases where full fitness of the candidate is required by reason of the position to be held' contained in paragraph 1 of that article, as well as paragraph 6 of Article 25 of Decree

ESPAÑOL

ACCIÓN DIRECTA DE INCONSTITUCIONALIDAD 7.401

Las normas de los estados que exigen el requisito de plena aptitud para que las personas con discapacidad puedan acceder a cargos públicos son inconstitucionales, ya que vulneran la competencia de la Unión para promulgar normas generales sobre la protección y la integración social de las personas con discapacidad, así como el principio de igualdad.

Ponente: Ministro Nunes Marques
Fecha del juicio: 15.05.2026
Órgano juzgador: Pleno Virtual



ADI 7.401

RESUMEN

I - Se trata de una acción directa de inconstitucionalidad interpuesta por el Fiscal General de la República contra disposiciones de una ley y un decreto del Estado de Piauí en las que: a) se eliminaba el derecho de las personas con discapacidad a inscribirse en concursos públicos para cargos que exigieran la plena aptitud del candidato; b) se establecía la exclusión automática de los candidatos con discapacidad en las pruebas de aptitud física cuando el puesto exigiera dicha aptitud; c) se suprimía la reserva de plazas para personas con discapacidad en las oposiciones para puestos militares o para cualquier puesto que exigiera plena aptitud.

El demandante sostiene que la Constitución prohíbe la discriminación contra las personas con discapacidad, garantiza la reserva de plazas en las convocatorias públicas, garantiza el derecho al trabajo en condiciones de igualdad de oportunidades y asegura el principio de igualdad.

II - El Supremo Tribunal Federal, por unanimidad, estimó la demanda y declaró la inconstitucionalidad del *caput* y de la expresión "salvo en los casos en que se exija la plena aptitud del candidato debido a la función que deba desempeñar", que figura en el párrafo 1, ambos del artículo 61 de la Ley

Estado do Piauí, e modulou os efeitos da decisão, conferindo-lhe eficácia a partir da data da publicação da ata de julgamento de mérito.

O Tribunal reafirmou que a igualdade é corolário da dignidade humana e exige tratamento equitativo, ou seja, o Estado tem o dever de promover inclusão e eliminar barreiras que dificultem a participação das pessoas com deficiência.

Nesse ponto, o Tribunal enfatizou que tanto a Constituição quanto a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), incorporada à ordem jurídica brasileira, estabelecem um amplo sistema de proteção contra discriminação e obrigam o poder público a adotar políticas inclusivas.

A Corte asseverou que excluir pessoas com deficiência que não tenham aptidão plena é uma forma de discriminação indireta, incompatível com a Constituição. Essa mesma lógica se aplica à presunção de que uma pessoa com deficiência não poderia exercer funções policiais, pois ambas as situações partem de uma generalização que impede, de forma injustificada, o acesso igualitário a cargos públicos.

Na verdade, cabe à Administração Pública o dever de garantir adaptações razoáveis e fornecer tecnologias assistivas, assegurando a inclusão e a proteção desse grupo vulnerável.

Mais ainda, a Constituição atribui à União a competência de definir as normas gerais sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência. Os Estados só podem criar regras próprias quando houver alguma peculiaridade local comprovada e desde que essas regras ampliem a proteção e não a reduzem.

Portanto, o Tribunal concluiu que as normas do Estado do Piauí apresentaram não só inconstitucionalidade material, mas também vício formal, pois contrariaram diretamente o Estatuto da Pessoa com Deficiência e criaram um regime jurídico diferente sem qualquer justificativa baseada em peculiaridades regionais.

15,259/2013 of the State of Piauí. The Court also modulated the temporal effects of the decision, which shall apply from the date of publication of the minutes of the judgment on the merits.

The Court reaffirmed that equality is a corollary of human dignity and requires equitable treatment. Accordingly, the State has a duty to promote inclusion and eliminate barriers that hinder the participation of persons with disabilities.

In this regard, the Court emphasized that both the Constitution and the Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD) – incorporated into Brazilian law – establish a comprehensive system of protection against discrimination and require public authorities to adopt inclusive policies.

The Court asserted that excluding persons with disabilities who lack full fitness constitutes a form of indirect discrimination, which is incompatible with the Constitution. This same logic applies to the presumption that a person with a disability could not perform police duties, as both situations stem from a generalization that unjustifiably impedes equal access to public office.

In fact, it is incumbent upon the government to ensure reasonable accommodations and provide assistive technologies, thereby ensuring the inclusion and protection of this vulnerable group.

Furthermore, the Constitution grants the Federal Government authority to establish general rules regarding the protection and social integration of persons with disabilities. States may enact specific rules only where a proven local peculiarity exists and only if those rules enhance, rather than reduce, protection.

Therefore, the Court concluded that the provisions of the State of Piauí were not only substantively unconstitutional but also formally unconstitutional, as they directly contradicted the Statute of Persons with Disabilities and established a different legal framework without any justification based on regional particularities.

6.653/2015, así como del artículo 25, párrafo 6, del Decreto 15.259/2013, del Estado de Piauí, y moduló los efectos de la decisión, otorgándole eficacia a partir de la fecha de publicación del acta de sentencia sobre el fondo.

El Tribunal reafirmó que la igualdad es un corolario de la dignidad humana y exige un trato equitativo; es decir, el Estado tiene el deber de promover la inclusión y eliminar las barreras que dificulten la participación de las personas con discapacidad.

En este sentido, el Tribunal hizo hincapié en que tanto la Constitución como la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad (CDPD), incorporada al ordenamiento jurídico brasileño, establecen un amplio sistema de protección contra la discriminación y obligan al poder público a adoptar políticas inclusivas.

El Tribunal afirmó que excluir a las personas con discapacidad que no tengan plena aptitud constituye una forma de discriminación indirecta, incompatible con la Constitución. Esa misma lógica se aplica a la presunción de que una persona con discapacidad no podría desempeñar funciones policiales, ya que ambas situaciones parten de una generalización que impide, de forma injustificada, el acceso en igualdad de condiciones a los cargos públicos.

De hecho, corresponde a la Administración Pública el deber de garantizar adaptaciones razonables y proporcionar tecnologías de apoyo, asegurando la inclusión y la protección de este grupo vulnerable.

Es más, la Constitución atribuye a la Unión la competencia para definir las normas generales sobre la protección y la integración social de las personas con discapacidad. Los estados solo pueden crear normas propias cuando exista alguna peculiaridad local comprobada y siempre que dichas normas amplíen la protección y no la reduzcan.

Por lo tanto, el Tribunal concluyó que las normas del Estado de Piauí presentaban no solo inconstitucionalidad material, sino también un vicio formal, ya que contravenían directamente el Estatuto de las Personas con Discapacidad y creaban un régimen jurídico diferente sin justificación alguna basada en peculiaridades regionales.

NORMAS MENCIONADAS

Artigo 27 da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Artigos 3º, IV; 5º, *caput* e §3º; 7º, XXXI; 24, XIV e §1º; 34 e 37, VIII da Constituição Federal de 1988. Artigos 27 e 34, § 3º, da Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Artigo 61, *caput* e § 1º, da Lei 6.653/2015 do Estado do Piauí e art. 25, § 6º, do Decreto 15.259/2013, do Estado do Piauí.

NORMS MENTIONED

Article 27 of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities. Article 3, item IV; Article 5, head paragraph and paragraph 3; Article 7, item XXXI; Article 24, item XIV and paragraph 1; Article 34; and Article 37, item VIII, of the 1988 Federal Constitution. Article 27 and Article 34, paragraph 3, of Law 13,146/2015 (Statute of Persons with Disabilities). Article 61, head paragraph and paragraph 1, of Law 6,653/2015 of the State of Piauí. Article 25, paragraph 6, of Decree 15,259/2013 of the State of Piauí.

NORMAS MENCIONADAS

Artículo 27 de la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Artículos 3, IV; 5, *caput* y párrafo 3; 7, XXXI; 24, XIV y párrafo 1; 34 y 37, VIII, de la Constitución Federal de 1988. Artículos 27 y 34, párrafo 3, de la Ley 13.146/2015 (Estatuto de las Personas con Discapacidad). Artículo 61, *caput* y párrafo 1, de la Ley 6.653/2015 del estado de Piauí y artículo 25, párrafo 6, del Decreto 15.259/2013, del Estado de Piauí.

STF BULLETIN

PORTUGUÊS

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.309

É inconstitucional exigir idade mínima para a aposentadoria especial prevista na Emenda Constitucional 103/2019, porque essa regra não se compatibiliza com a finalidade do benefício, que é proteger o trabalhador da longa exposição a agentes nocivos.

Relator: Ministro Luís Roberto Barroso
Redator do acórdão: Ministro André Mendonça
Data de julgamento: 03.06.2026
Órgão julgador: Plenário Presencial



ADI 6.309

RESUMO

I - A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) ajuizou ação de declaração de inconstitucionalidade contra dispositivos da Emenda Constitucional 103/2019, em que: i) criaram idade mínima para a aposentadoria especial (art. 19, § 1º, I, *a*, *b* e *c*); ii) proibiram a conversão de tempo especial em comum, o que antes era permitido, para fins de aposentadoria (art 25, § 2º); iii) reduziram o valor da aposentadoria especial de 100% para 60% do salário de benefício, com acréscimos por tempo adicional (art. 26, § 2º, IV).

A peticionária sustentou que a exigência de idade mínima (55, 58 ou 60 anos) obrigou o trabalhador a permanecer em atividade insalubre mesmo após cumprir o tempo mínimo de contribuição, o que prolongou indevidamente a exposição a agentes nocivos e descaracterizou a função protetiva e compensatória da aposentadoria especial.

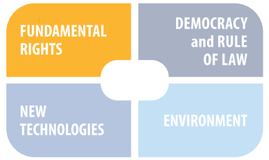
A Confederação afirma ainda que, ao reduzir o valor do benefício e proibir a conversão de tempo especial em comum, além de violar o princípio da dignidade da pessoa humana, a regra trazida pela EC 103/2019 elimina um mecanismo histórico de proteção, prejudica trabalhadores que alternam

ENGLISH

DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY 6,309

Imposing a minimum age for the special retirement benefit under Constitutional Amendment 103/2019 is unconstitutional because it conflicts with the benefit's purpose of protecting workers from prolonged exposure to harmful agents.

Rapporteur: Justice Luís Roberto Barroso
Drafter of the decision: Justice André Mendonça
Decision date: 3 June 2026
Competent court: In-Person Full Court



ADI 6,309

SUMMARY

I – The National Confederation of Industrial Workers (CNTI) brought a direct action of unconstitutionality against provisions of Constitutional Amendment 103/2019, which: (i) introduced a minimum age requirement for special retirement benefits (Article 19, paragraph 1, item I, subitems a, b, and c); (ii) prohibited the conversion of special service time into ordinary service time for retirement purposes, which had been previously permitted (Article 25, paragraph 2); and (iii) reduced the special retirement benefit from 100 per cent to 60 per cent of the benefit salary, with increases based on additional service time (Article 26, paragraph 2, item IV).

The plaintiff argued that the minimum age requirement (55, 58, or 60 years of age) forced workers to remain working in unhealthy conditions even after meeting the minimum contribution period, thereby unduly prolonging their exposure to harmful conditions and undermining the protective and compensatory function of special retirement benefits.

The Confederation further argued that, by reducing the benefit amount and prohibiting the conversion of special service time into ordinary service time, the rule introduced by Constitutional Amendment 103/2019 not only violates the principle

ESPAÑOL

ACCIÓN DIRECTA DE INCONSTITUCIONALIDAD 6.309

Es inconstitucional exigir una edad mínima para la jubilación especial prevista en la Enmienda Constitucional 103/2019, ya que dicha norma no es compatible con la finalidad de la prestación, que es proteger al trabajador de la exposición prolongada a agentes nocivos.

Ponente: Ministro Luís Roberto Barroso
Redactor de la sentencia: Ministro André Mendonça
Fecha del juicio: 03.06.2026
Órgano juzgador: Pleno presencial



ADI 6.309

RESUMEN

I - La Confederación Nacional de los Trabajadores de la Industria (CNTI) presentó una acción de declaración de inconstitucionalidad contra determinadas disposiciones de la Enmienda Constitucional 103/2019, en las que: i) se estableció una edad mínima para la jubilación especial (artículo 19, párrafo 1, I, *a*, *b* y c); ii) se prohibió la conversión de tiempo especial en tiempo común, lo que antes estaba permitido, a efectos de jubilación (artículo 25, párrafo 2); iii) se redujo el importe de la jubilación especial del 100 % al 60 % del salario de prestación, con incrementos por tiempo adicional (artículo 26, párrafo 2, IV).

La demandante sostuvo que el requisito de edad mínima (55, 58 o 60 años) obligaba al trabajador a permanecer en una actividad insalubre incluso después de haber cumplido el tiempo mínimo de cotización, lo que prolongaba indebidamente la exposición a agentes nocivos y desnaturalizaba la función protectora y compensatoria de la jubilación especial.

La Confederación afirma asimismo que, al reducir el importe de la prestación y prohibir la conversión del tiempo especial en tiempo común, además de violar el principio de la dignidad de la persona humana, la

SUMÁRIO | CONTENTS | INDICE

períodos de exposição e não exposição, além de violar a proporcionalidade e a razoabilidade.

II - O Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou parcialmente procedente a ação direta e declarou a inconstitucionalidade do art. 19, § 1º, I, alíneas *a*, b e c, da EC 103/2019 e manteve a validade dos demais dispositivos impugnados.

De acordo com o Tribunal, a aposentadoria especial objetiva proteger a saúde do trabalhador, particularmente, retirá-lo do ambiente nocivo assim que completa o tempo máximo de exposição permitido por lei. Trata-se de benefício pensado para evitar danos à saúde, não para premiar tempo de serviço.

Por isso, exigir uma idade mínima para a aposentadoria especial, mesmo quando o trabalhador já cumpriu o tempo de atividade em condições perigosas ou insalubres, vai contra essa lógica de proteção. Essa regra obriga o segurado a continuar trabalhando em ambiente prejudicial por mais tempo do que o próprio sistema considera seguro.

Além de colocar a saúde do trabalhador em risco, essa exigência esvazia o propósito da aposentadoria especial, que é justamente afastar a pessoa da exposição nociva no momento certo.

Em relação aos demais pontos, o Tribunal apontou que o Poder Legislativo pode ajustar as regras de cálculo da aposentadoria para garantir o equilíbrio financeiro da Previdência, desde que preserve um nível mínimo de subsistência. Assim, o percentual definido não foi considerado confiscatório.

of human dignity but also eliminates a long-standing protective mechanism, harms workers who alternate between periods of exposure and non-exposure and breaches the principles of proportionality and reasonableness.

II – The Federal Supreme Court, by a majority, granted the request in part, declared Article 19, paragraph 1, item I, subitems a, b, and c of Constitutional Amendment 103/2019 unconstitutional, and upheld the validity of the remaining challenged provisions.

According to the Court, the special retirement benefit is intended to protect workers' health, particularly by removing them from harmful working environments as soon as they reach the maximum exposure period permitted by law. This benefit is designed to prevent damage to health, not to reward length of service.

Therefore, a minimum age requirement for the special retirement benefit – even when the worker has already completed the qualified period of service in hazardous or unhealthy conditions – runs counter to this protective logic. This rule forces the insured person to continue working in a harmful environment for longer than the system itself deems safe.

In addition to putting workers' health at risk, this requirement undermines the very purpose of the special retirement benefit: to remove workers from harmful exposure at the appropriate time.

Regarding the remaining allegations, the Court noted that the Legislative Branch may adjust the rules governing retirement benefit calculations to ensure the Social Security system's financial balance, provided it preserves a minimum level of subsistence. Thus, the Court did not deem the established percentage confiscatory.

norma introducida por la EC 103/2019 elimina un mecanismo histórico de protección, perjudica a los trabajadores que alternan períodos de exposición y de no exposición, y viola los principios de proporcionalidad y razonabilidad.

II - El Supremo Tribunal Federal (STF), por mayoría, estimó parcialmente la acción directa y declaró la inconstitucionalidad del artículo 19, párrafo 1, I, letras *a*, *b* y *c*, de la EC 103/2019, y mantuvo la validez de las demás disposiciones impugnadas.

Según el Tribunal, la jubilación especial tiene por objeto proteger la salud del trabajador y, en particular, retirarlo del entorno nocivo tan pronto como complete el tiempo máximo de exposición permitido por la ley. Se trata de una prestación concebida para evitar daños a la salud, no para recompensar la antigüedad en el servicio.

Por ello, exigir una edad mínima para la jubilación especial, incluso cuando el trabajador ya ha cumplido el tiempo de actividad en condiciones peligrosas o insalubres, va en contra de esta lógica de protección. Esta norma obliga al asegurado a seguir trabajando en un entorno perjudicial durante más tiempo del que el propio sistema considera seguro.

Además de poner en riesgo la salud del trabajador, este requisito desvirtúa el propósito de la jubilación especial, que consiste precisamente en alejar a la persona de la exposición nociva en el momento adecuado.

En cuanto a las demás cuestiones, el Tribunal señaló que el Poder Legislativo puede ajustar las normas de cálculo de la jubilación para garantizar el equilibrio financiero de la Seguridad Social, siempre que se preserve un nivel mínimo de subsistencia. Por lo tanto, el porcentaje establecido no fue considerado confiscatorio.

NORMAS MENCIONADAS

Artigos 19, § 1º, I; 25, § 2º; e 26, § 2º, IV, da Emenda Constitucional 103/2019. Artigos 1º, III; 5º, *caput*; 6º; 7º, XXII; 170; 193; 194, II, IV, V e VI; 195, § 4º; e 201, § 1º, da Constituição Federal de 1988.

NORMS MENTIONED

Article 19, paragraph 1, item I; Article 25, paragraph 2; and Article 26, paragraph 2, item IV, of Constitutional Amendment 103/2019. Article 1, item III; Article 5, head paragraph; Article 6; Article 7, item XXII; Article 170; Article 193; Article 194, items II, IV, V, and VI; Article 195, paragraph 4; and Article 201, paragraph 1, of the 1988 Federal Constitution.

NORMAS MENCIONADAS

Artículos 19, párrafo 1, I; 25, párrafo 2; y 26, párrafo 2, IV, de la Enmienda Constitucional 103/2019. Artículos 1, III; 5, *caput*; 6; 7, XXII; 170; 193; 194, II, IV, V y VI; 195, párrafo 4; y 201, párrafo 1, de la Constitución Federal de 1988.

STF BULLETIN

PORTUGUÊS

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.037.396 ED E OUTROS

A responsabilidade dos provedores de aplicações de internet por danos decorrentes de conteúdos gerados por terceiros é, em regra, solidária e baseada no sistema de notificação extrajudicial, ressalvando-se hipóteses específicas de incidência do regime de ordem judicial prévia e fixando a presunção relativa de culpa para conteúdos impulsionados pagos e mecanismos artificiais de disseminação inorgânica de conteúdos ilícitos.

Relator: Ministro Dias Toffoli
Data de julgamento: 17.06.2026
Órgão julgador: Plenário Presencial



RE 1.037.396 ED e outros

RESUMO

I - Trata-se de embargos de declaração em recursos extraordinários opostos por empresas e associações do ramo de comunicações, em que se discute a constitucionalidade do art. 19 da Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) que determina a necessidade de prévia e específica ordem judicial de exclusão de conteúdo para a responsabilização civil de provedor de internet, websites e gestores de aplicativos de redes sociais por danos decorrentes de atos ilícitos praticados por terceiros.

Os embargantes requereram a prestação de esclarecimentos no tocante à tese fixada pelo STF em relação ao tema, quando do julgamento de mérito dos recursos extraordinários.

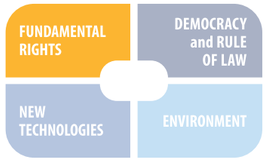
II - O Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, prestou esclarecimentos em embargos de declaração.

ENGLISH

EXTRAORDINARY APPEAL 1,037,396 ED AND OTHERS

The liability of internet application providers for damages arising from content generated by third parties is, as a general rule, joint and several and based on the extrajudicial notification system, except in specific cases where the prior court order regime applies; a rebuttable presumption of fault applies to paid boosted content and to artificial mechanisms for the inorganic dissemination of unlawful content.

Rapporteur: Justice Dias Toffoli
Decision date: 17 June 2026
Competent court: In-Person Full Court



RE 1,037,396 ED and others

SUMMARY

I – This case involves motions for clarification filed in extraordinary appeals brought by companies and associations from the communications sector, which challenge the constitutionality of Article 19 of Law 12,965/2014 (the Civil Rights Framework for the Internet). The provision makes the civil liability of internet service providers, websites, and social media application administrators for damages arising from unlawful acts committed by third parties conditional on their failure to comply with a prior, specific court order to remove the content.

The appellants requested clarification regarding the rule statement established by the Federal Supreme Court in this matter during the adjudication of the merits of the extraordinary appeals.

II – The Federal Supreme Court unanimously clarified its position in response to the motions for clarification.

ESPAÑOL

RECURSO EXTRAORDINARIO 1.037.396 ED[1] Y OTROS

La responsabilidad de los proveedores de aplicaciones de Internet por los daños derivados de contenidos generados por terceros es, por regla general, solidaria y se basa en el sistema de notificación extrajudicial, salvo los supuestos específicos en los que se aplica el régimen de orden judicial previa, estableciéndose una presunción relativa de culpa para los contenidos promocionados de forma pagada y de los mecanismos artificiales de difusión inorgánica de contenidos ilícitos.

Ponente: ministro Dias Toffoli
Fecha del juicio: 17/06/2026
Órgano juzgador: Pleno presencial



RE 1.037.396 ED y otros

RESUMEN

I - Se trata de un recurso de aclaración en recursos extraordinarios interpuestos por empresas y asociaciones del sector de las comunicaciones, en los que se discute la constitucionalidad del artículo 19 de la Ley 12.965/2014 (Marco Civil de Internet), que establece la necesidad de una orden judicial previa y específica de retirada de contenidos para que los proveedores de Internet, las páginas web y los gestores de aplicaciones de redes sociales puedan ser considerados civilmente responsables por los daños derivados de actos ilícitos cometidos por terceros.

Los recurrentes solicitaron que se prestaran aclaraciones sobre la tesis fijada por el STF en relación con este tema, con motivo de la resolución sobre el fondo de los recursos extraordinarios.

II - El Supremo Tribunal Federal, por unanimidad, proporcionó aclaraciones en el marco de un recurso de aclaración.

[1] Recurso de aclaración.

O STF reconheceu que o regime original do artigo 19 do Marco Civil da Internet, ao exigir ordem judicial prévia para a responsabilização, gera proteção insuficiente aos direitos fundamentais e à democracia. Assim, enquanto não sobrevier nova legislação, o sistema de notificação do artigo 21 do Marco Civil da Internet passa a ser a regra geral para crimes e atos ilícitos, permitindo a responsabilização do provedor que, após notificação, não remover o conteúdo de forma diligente. Esclareceu-se que essa responsabilidade é solidária entre o provedor e o autor do conteúdo, salvo se demonstrada dúvida razoável quanto à ilicitude após análise técnica.

A tese ajustada mantém a aplicação residual do artigo 19 para as hipóteses de violação à honra (por crime ou ilícito civil), visando resguardar a liberdade de expressão em casos que demandam maior ponderação judiciária. O regime de ordem judicial prévia também permanece aplicável a serviços de e-mail, às aplicações destinadas à realização de reuniões fechadas por vídeo ou voz e às comunicações interpessoais privadas protegidas por sigilo, além dos provedores que não possuam interferência no fluxo comunicativo e informacional.

Houve, ainda, aperfeiçoamento técnico da redação da tese, com a substituição da expressão "presunção de responsabilidade" por "presunção relativa de culpa" nas hipóteses envolvendo conteúdos ilícitos veiculados por meio de anúncios e impulsionamentos pagos ou por mecanismos artificiais de disseminação inorgânica, admitindo-se, nesses casos, a responsabilização independentemente de notificação, cabendo ao provedor demonstrar que atuou de forma diligente e em tempo razoável.

Além disso, o STF estabeleceu que a decisão produz efeitos *ex nunc*, a partir da publicação da ata de julgamento de mérito (05.08.2025), ressalvados os atos continuados ou permanentes, e fixou o prazo de 60 dias para que os provedores implementem as obrigações estruturais previstas na tese.

NORMAS MENCIONADAS

Artigo 5º, X; XII e XXXI da Constituição Federal de 1988. Artigos 138, § 2º, e 1.022, incisos I e II do Código de Processo Civil. Artigos 3º, VI; 5º, inciso VII; 19 e 21 da Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet). Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

The Federal Supreme Court recognized that the original provision of Article 19 of the Civil Rights Framework for the Internet, by requiring a prior court order for liability, does not sufficiently protect fundamental rights and democracy. Thus, until new legislation is enacted, the notification system set forth in Article 21 of the Civil Rights Framework for the Internet becomes the general rule for crimes and unlawful acts, allowing for the liability of internet application providers that, after receiving notification, fail to remove the content in a diligent manner. It has been clarified that this liability is joint and several between the provider and the content creator, unless a technical analysis demonstrates reasonable doubt about the unlawfulness.

The established rule statement retains the residual application of Article 19 for instances of violation of honour (whether by criminal offence or civil wrongdoing), aiming to safeguard freedom of expression in cases requiring greater judicial scrutiny. The requirement of a prior court order also remains applicable to email services, applications designed for closed video or voice meetings, and private interpersonal communications protected by confidentiality, as well as to providers that do not interfere with the communicative and informational flow.

Moreover, technical refinements were made to the wording of the rule statement. The term 'rebuttable presumption of fault' replaced 'presumption of liability' in cases involving unlawful content disseminated through paid advertisements, content boosting, or artificial mechanisms of inorganic dissemination. In such cases, liability is permitted regardless of notification, with the provider bearing the burden of demonstrating that it acted diligently and in a timely manner.

The Federal Supreme Court also ruled that the decision produces *ex nunc* effects from the publication of the minutes of the judgment (5 August 2025), except for ongoing or permanent acts, and set a 60-day deadline for providers to implement the structural obligations outlined in the rule statement.

NORMS MENTIONED

Article 5, items X, XII, and XXXI of the 1988 Federal Constitution. Article 138, paragraph 2, and Article 1,022, items I and II, of the Code of Civil Procedure. Article 3, item VI; Article 5, item VII; Article 19; and Article 21 of Law 12,965/2014 (Civil Rights Framework for the Internet). Law 8,078/1990 (Consumer Protection Code).

El STF reconoció que el régimen original del artículo 19 del Marco Civil de Internet, al exigir una orden judicial previa para la atribución de responsabilidad, genera una protección insuficiente de los derechos fundamentales y de la democracia. Así pues, hasta que se apruebe nueva legislación, el sistema de notificación del artículo 21 del Marco Civil de Internet pasa a ser la regla general para los delitos y actos ilícitos, lo que permite exigir responsabilidades al proveedor que, tras la notificación, no elimine el contenido de forma diligente. Se ha aclarado que dicha responsabilidad es solidaria entre el proveedor y el autor del contenido, salvo que se demuestre una duda razonable sobre la ilicitud tras un análisis técnico.

La tesis adoptada mantiene la aplicación residual del artículo 19 para los casos de atentado contra el honor (ya sea por delito o por acto ilícito civil), con el fin de salvaguardar la libertad de expresión en aquellos casos que requieran una mayor ponderación judicial. El régimen de orden judicial previa también sigue siendo aplicable a los servicios de correo electrónico, a las aplicaciones destinadas a la celebración de reuniones privadas por vídeo o voz y a las comunicaciones interpersonales privadas protegidas por el secreto, además de a los proveedores que no interfieran en el flujo comunicativo e informativo.

Asimismo, se ha perfeccionado técnicamente la redacción de la tesis, sustituyendo la expresión "presunción de responsabilidad" por "presunción relativa de culpa" en los supuestos que impliquen contenidos ilícitos difundidos mediante anuncios y promociones pagadas o mediante mecanismos artificiales de difusión inorgánica, admitiéndose, en estos casos, la atribución de responsabilidad independientemente de la notificación, y correspondiendo al proveedor demostrar que actuó con la diligencia debida y en un plazo razonable.

Además, el STF estableció que la resolución surte efectos *ex nunc*, a partir de la publicación del acta de sentencia sobre el fondo (5 de agosto de 2025), salvo en el caso de los actos continuados o permanentes, y fijó un plazo de 60 días para que los proveedores implementen las obligaciones estructurales previstas en la tesis.

NORMAS MENCIONADAS

Artículo 5, X, XII y XXXI, de la Constitución Federal de 1988. Artículos 138, párrafo 2, y 1.022, incisos I y II, del Código de Procedimiento Civil. Artículos 3, VI; 5, VII; 19 y 21 de la Ley 12.965/2014 (Marco Civil de Internet). Ley 8.078/1990 (Código de Defensa del Consumidor).

STF BULLETIN

PORTUGUÊS

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.706
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.707

É constitucional a regra da Emenda Constitucional 133/2024 que obriga os partidos a aplicar 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do Fundo Partidário em candidaturas de pessoas pretas e pardas.

Relator: Ministro Cristiano Zanin
Data de julgamento: 26.06.2026
Órgão julgador: Plenário Virtual



ADI 7.706 e ADI 7.707

RESUMO

I - A Procuradoria-Geral da República, partido político e a Federação Nacional de Associações Quilombolas ajuizaram ação direta de inconstitucionalidade contra dispositivos da Emenda Constitucional 133/2024 (EC 133/2024).

Os peticionários afirmaram que ao fixar limite máximo de 30% de recursos eleitorais em candidaturas de pessoas pretas e pardas, sem considerar o fator de proporcionalidade de candidatos, a norma atuou como elemento indutor de discriminação, sem garantir aos destinatários política afirmativa de participação eleitoral, por ser insuficiente para reparar o déficit de representatividade dessa parcela da população.

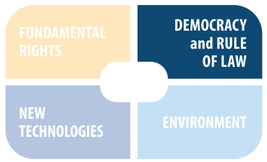
Apontaram que a EC 133/2024, ao determinar a aplicação de novas regras aos processos de prestação de contas de exercícios financeiros e eleitorais já julgados, em execução ou até mesmo transitados em julgado, gerou insegurança e instabilidade incompatíveis com a segurança jurídica

ENGLISH

DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY 7,706
DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY 7,707

The provision of Constitutional Amendment 133/2024 requiring political parties to allocate 30 per cent of resources from the Special Fund for Campaign Financing and the Party Fund to Black and mixed-race candidates is constitutional.

Rapporteur: Justice Cristiano Zanin
Decision date: 26 June 2026
Competent court: Virtual Full Court



ADI 7,706 AND ADI 7,707

SUMMARY

I – The Office of the Prosecutor General, a political party, and the National Federation of Quilombola Associations filed direct actions of unconstitutionality against provisions of Constitutional Amendment 133/2024 (EC 133/2024).

The plaintiffs argued that by setting a 30 per cent cap on electoral funds for Black and mixed-race candidates without taking into account the candidate proportionality factor, the provision acted as a driver of discrimination and failed to guarantee the intended beneficiaries an affirmative action policy for electoral participation, as it was insufficient to address the under-representation of this segment of the population.

They pointed out that by mandating the application of new rules to accounts-rendering proceedings relating to financial years and elections already adjudicated, pending, or even final and unappealable, Constitutional Amendment 133/2024 created instability incompatible with the principle of legal certainty that must guide the Electoral Justice System. In other words,

ESPAÑOL

ACCIÓN DIRECTA DE INCONSTITUCIONALIDAD 7.706
ACCIÓN DIRECTA DE INCONSTITUCIONALIDAD 7.707

Es constitucional la disposición de la Enmienda Constitucional 133/2024 que obliga a los partidos políticos a destinar el 30 % de los recursos del Fondo Especial de Financiamiento de Campañas y del Fondo de los Partidos a candidaturas de personas *pretas* y *pardas*[2].

Ponente: Ministro Cristiano Zanin
Fecha del juicio: 26.06.2026
Órgano juzgador: Pleno Virtual



ADI 7.706 y ADI 7.707

RESUMEN

I - La Fiscalía General de la República, un partido político y la Federación Nacional de Asociaciones Quilombolas presentaron una acción directa de inconstitucionalidad contra determinadas disposiciones de la Enmienda Constitucional 133/2024 (EC 133/2024).

Los demandantes afirmaron que, al establecer un límite máximo del 30 % de los recursos electorales para las candidaturas de personas *pretas* y *pardas*, sin tener en cuenta el criterio de proporcionalidad de los candidatos, la norma actuó como un elemento inductor de discriminación, sin garantizar a los destinatarios una política afirmativa de participación electoral, al ser insuficiente para subsanar el déficit de representatividad de ese sector de la población.

Señalaron que la EC 133/2024, al determinar la aplicación de nuevas normas a los procesos de rendición de cuentas de ejercicios financieros y electorales ya juzgados, en ejecución o incluso con sentencia firme, generó

[2] Los términos *"pretas"* y *"pardas"* son categorías oficiales de color o raza, basadas en la autodeclaración, utilizadas por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) para designar personas negras.

SUMÁRIO | CONTENTS | INDICE

que deve orientar a Justiça Eleitoral. Em outras palavras, essa previsão violou a coisa julgada, a vedação à retroatividade e a necessidade de estabilidade normativa.

Destacaram que Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral estabeleceram diretrizes claras para a destinação vinculada de parte dos recursos à promoção de candidaturas de homens e mulheres negros. E a EC 133/2024, ao conceder anistia aos partidos políticos que negligenciaram as cotas destinadas à promoção da participação de pessoas negras e de mulheres nas eleições, perpetuou a exclusão de grupos historicamente marginalizados na construção de uma democracia inclusiva e representativa.

Concluíram que a EC 133/2024 descumpriu obrigações de promoção de igualdade de gênero e raça impostas em ações afirmativas, além de contrariar preceitos da Constituição e da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, internalizada na forma do art. 5º, § 3º, da Constituição.

II – O Supremo Tribunal Federal, por maioria, julgou improcedentes as ações diretas de inconstitucionalidade.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reconhece a constitucionalidade de ações afirmativas voltadas à redução de desigualdades socioeconômicas e raciais. No âmbito eleitoral, o Tribunal já admitiu a utilização de critérios de gênero e raça para distribuir recursos partidários, como forma de suprir a ausência de norma específica. Na Constituição anterior, não existia percentual mínimo de financiamento destinado a candidaturas com base em critérios raciais.

Asseverou que a Emenda Constitucional 133/2024 impôs aos partidos políticos a obrigatoriedade da aplicação de recursos financeiros para candidaturas de pessoas pretas e pardas; estabeleceu parâmetros e condições para regularização e refinanciamento de débitos de partidos políticos; e reforçou a imunidade tributária dos partidos políticos.

Assim, a obrigação de destinar 30% dos recursos repassados aos partidos políticos para as candidaturas de pessoas pretas e pardas atua como instrumento legítimo de inclusão e de efetivação da igualdade material.

Nesse ponto, em relação ao referido percentual, cabe ao Tribunal apenas verificar a constitucionalidade da regra, sem definir a cota a ser aplicada, porque essa escolha pertence à esfera de discricionariedade do Poder Legislativo.

this provision violated res judicata, the prohibition of retroactivity, and the requirement of normative stability.

The plaintiffs further emphasized that resolutions of the Superior Electoral Court established clear guidelines for earmarking a portion of resources to promote the candidacies of Black men and women. Moreover, by granting amnesty to political parties that failed to comply with the quotas intended to promote the participation of women and Black people in elections, EC 133/2024 perpetuated the exclusion of historically marginalized groups from the construction of an inclusive and representative democracy.

They concluded that EC 133/2024 failed to comply with the obligations to promote gender and racial equality imposed by affirmative action policies, in addition to contravening provisions of the Constitution and the Inter-American Convention against Racism, Racial Discrimination, and Related Forms of Intolerance, which has been incorporated into Brazilian law with the status of a constitutional amendment under Article 5, paragraph 3, of the Constitution.

II – The Federal Supreme Court, by a majority, dismissed the two direct actions of unconstitutionality.

The case law of the Federal Supreme Court recognizes the constitutionality of affirmative action policies aimed at reducing social, economic, and racial inequalities. In the electoral context, the Court has previously allowed gender and race criteria to be considered in the allocation of party funds as a means of remedying the absence of a specific provision. Prior to the Amendment, there was no minimum percentage of funding allocated to candidates based on racial criteria.

The Court noted that Constitutional Amendment 133/2024 required political parties to allocate financial resources to the candidacies of Black and mixed-race individuals; established parameters and conditions for the settlement and refinancing of political party debts; and reinforced the tax immunity of political parties.

Thus, the requirement to allocate 30 per cent of the funds transferred to political parties to the candidacies of Black and mixed-race individuals serves as a legitimate tool for inclusion and for achieving substantive equality.

Regarding the aforementioned percentage, the Court's role is limited to reviewing the constitutionality of the provision, without establishing the quota to be applied, since such a decision falls within the discretion of the Legislative Branch.

inseguridad e inestabilidad incompatibles con la seguridad jurídica que debe regir la Justicia Electoral. En otras palabras, esta disposición violó la cosa juzgada, la prohibición de la retroactividad y la necesidad de estabilidad normativa.

Destacaron que las resoluciones del Tribunal Superior Electoral establecieron directrices claras para la asignación vinculada de parte de los recursos a la promoción de candidaturas de hombres y mujeres negros. Y la EC 133/2024, al conceder amnistía a los partidos políticos que incumplieron las cuotas destinadas a promover la participación de personas negras y mujeres en las elecciones, perpetuó la exclusión de grupos históricamente marginados en la construcción de una democracia inclusiva y representativa.

Concluyeron que la EC 133/2024 incumplió las obligaciones de promover la igualdad de género y de raza impuestas por las acciones afirmativas, además de contravenir los preceptos de la Constitución y de la Convención Interamericana contra el Racismo, la Discriminación Racial y Formas Conexas de Intolerancia, incorporada en el artículo 5, párrafo 3, de la Constitución.

II – El Supremo Tribunal Federal, por mayoría, desestimó las acciones directas de inconstitucionalidad.

La jurisprudencia del Supremo Tribunal Federal reconoce la constitucionalidad de las acciones afirmativas destinadas a reducir las desigualdades socioeconómicas y raciales. En el ámbito electoral, el Tribunal ya ha admitido la utilización de criterios de género y raza para distribuir los recursos de los partidos, como forma de suplir la ausencia de una norma específica. En la Constitución anterior no existía un porcentaje mínimo de financiamiento destinado a candidaturas basadas en criterios raciales.

Aseveró que la Enmienda Constitucional 133/2024 impuso a los partidos políticos la obligación de destinar recursos financieros a las candidaturas de personas *pretas* y *pardas*; estableció parámetros y condiciones para la regularización y refinanciamiento de las deudas de los partidos políticos; y reforzó la inmunidad tributaria de los partidos políticos.

Así pues, la obligación de destinar el 30 % de los recursos transferidos a los partidos políticos a las candidaturas de personas *pretas* y *pardas* constituye un instrumento legítimo de inclusión y de consecución de la igualdad material.

En este sentido, en relación con dicho porcentaje, corresponde al Tribunal únicamente verificar la constitucionalidad de la norma, sin definir la cuota que debe aplicarse, ya que esa decisión pertenece al ámbito de la discrecionalidad del Poder Legislativo.

Para o Tribunal, a regra que os peticionários denominaram anistia não tem essa conotação, pois trata-se de regime de transição, uma vez que os partidos irão aplicar o que deixou de ser aplicado nas eleições seguintes, sem prejuízo dos 30% obrigatórios.

NORMAS MENCIONADAS

Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância. Artigos 3º, IV; 5º, *caput*, XLI, XXXVI, LIV; 16; 60, §4º, IV da Constituição Federal de 1988. Artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

In the Court's view, the provision the plaintiffs termed 'amnesty' does not carry that connotation, as it is a transitional arrangement; political parties must use any unspent funds in subsequent elections, without prejudice to the mandatory 30 per cent quota.

NORMS MENTIONED

Inter-American Convention against Racism, Racial Discrimination, and Related Forms of Intolerance. Article 3, item IV; Article 5, head paragraph, items XXXVI, XLI, and LIV; Article 16; Article 60, paragraph 4, item IV, of the 1988 Federal Constitution. Article 8 of the Act of Temporary Constitutional Provisions.

Para el Tribunal, la disposición que los demandantes califican de amnistía no tiene esa connotación, ya que se trata de un régimen de transición, dado que los partidos aplicarán lo que no se haya aplicado en las siguientes elecciones, sin perjuicio del 30 % obligatorio.

NORMAS MENCIONADAS

Convención Interamericana contra el Racismo, la Discriminación Racial y Formas Conexas de Intolerancia. Artículos 3, IV; 5, caput, XLI, XXXVI, LIV; 16; 60, párrafo 4, IV de la Constitución Federal de 1988. Artículo 8 del Acto de las Disposiciones Constitucionales Transitorias.

STF BULLETIN

PORTUGUÊS

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.639

É constitucional a norma estadual que prevê multa para quem divulgar informações falsas sobre epidemias, endemias e pandemias.

Relator: Ministro Nunes Marques
Redator do Acórdão: Ministro Alexandre de Moraes
Data de julgamento: 26.06.2026
Órgão julgador: Plenário Virtual



ADI 7.639

RESUMO

I – O Partido Liberal questionou a constitucionalidade da Lei 14.268/2020, do Estado da Bahia, que impõe multa de cinco a vinte mil reais para quem criar informações falsas sobre epidemias, endemias e pandemias, por meios impressos, televisivos, de radiodifusão ou eletrônicos. A norma também se aplica para quem divulgar esse tipo de informação de forma intencional, e para quem utilizar ferramentas automáticas para propagar notícias falsas, sem citar fonte primária.

Afirmou que a norma, além de invadir a competência da União para legislar sobre telecomunicações e radiodifusão, violou os direitos fundamentais à livre manifestação de pensamento, expressão, comunicação e informação jornalística.

Para o requerente, a referida lei restringe a manifestação do pensamento e a atividade de imprensa, sem regulamentação objetiva mínima, impondo censura prévia e chancela estatal sobre o conteúdo da informação publicada.

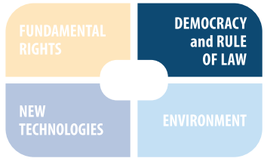
II – O Supremo Tribunal Federal, por maioria, julgou improcedente o pedido, por reconhecer que a lei tem como objetivo central proteger a saúde pública, matéria que integra tanto a competência administrativa comum quanto a competência legislativa concorrente dos entes federativos.

ENGLISH

DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY 7,639

A state law establishing a fine for the dissemination of false information about epidemics, endemic diseases, and pandemics is constitutional.

Rapporteur: Justice Nunes Marques
Drafter of the decision: Justice Alexandre de Moraes
Decision date: 26 June 2026
Competent court: Virtual Full Court



ADI 7,639

SUMMARY

I – The Liberal Party challenged the constitutionality of Law 14,268/2020 of the State of Bahia, which imposes a fine ranging from BRL 5,000 to BRL 20,000 on anyone who spreads false information about epidemics, endemic diseases, and pandemics through print, television, broadcasting, or electronic media. The law also applies to anyone who intentionally disseminates this type of information, as well as to those who use automated tools to propagate fake news without citing a primary source.

The party asserted that the regulation not only encroached on the Federal Government's authority to legislate on telecommunications and broadcasting but also violated fundamental rights to freedom of thought, expression, communication, and access to journalistic information.

In the plaintiff's view, the law restricts freedom of expression and freedom of the press, lacks minimum objective regulation, and imposes prior censorship and state approval on the content of published information.

II – The Federal Supreme Court, by a majority, dismissed the claim, recognising that the law's core objective is to protect public health, a matter falling within both the common administrative competence and the concurrent legislative competence of the federative entities.

ESPAÑOL

ACCIÓN DIRECTA DE INCONSTITUCIONALIDAD 7.639

Es constitucional la norma del Estado de Bahia que prevé una multa para quien difunda información falsa sobre epidemias, endemias y pandemias.

Ponente: Ministro Nunes Marques
Redactor del juicio: Ministro Alexandre de Moraes
Fecha del juicio: 26.06.2026
Órgano juzgador: Pleno Virtual



ADI 7.639

RESUMEN

I – El Partido Liberal ha cuestionado la constitucionalidad de la Ley 14.268/2020 del estado de Bahia, que impone una multa de cinco a veinte mil reales a quienes difundan información falsa sobre epidemias, endemias y pandemias a través de medios impresos, televisivos, radiofónicos o electrónicos. La norma también se aplica a quienes difundan este tipo de información de forma intencionada y a quienes utilicen herramientas automáticas para propagar noticias falsas sin citar la fuente primaria.

Afirmó que la norma, además de invadir la competencia de la Unión para legislar en materia de telecomunicaciones y radiodifusión, violaba los derechos fundamentales a la libre manifestación del pensamiento, a la libertad de expresión, de comunicación y de información periodística.

Para el demandante, dicha ley restringe la manifestación del pensamiento y la actividad periodística, sin una regulación objetiva mínima, imponiendo censura previa y el control del estado sobre el contenido de la información publicada.

II – El Supremo Tribunal Federal, por mayoría, desestimó la solicitud, al reconocer que el objetivo central de la ley es proteger la salud pública, materia que forma parte tanto de la competencia administrativa común como de la competencia legislativa concurrente de las entidades federativas.

A menção aos meios de comunicação produz apenas efeitos indiretos sobre os serviços de telecomunicações e radiodifusão, não afastando a possibilidade de atuação dos estados em temas sanitários.

Segundo o Tribunal, a liberdade de expressão não é absoluta e não abrange práticas de desinformação capazes de comprometer direitos fundamentais da coletividade, especialmente o direito à saúde. Ao rejeitar o pedido de inconstitucionalidade, a Corte destacou que a norma prevê apenas a responsabilização administrativa posterior por condutas ilícitas relacionadas à divulgação de informações falsas em contexto sanitário.

NORMAS MENCIONADAS

Artigo 13 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos. Item 5 da Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Artigos 5º, IV e IX; 22, IV; 23, II; 24, XII; 220, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal de 1988. Decreto 52.795/1963. Lei 14.268/2020, do Estado da Bahia.

The law's reference to the media has only indirect effects on telecommunications and broadcasting services and does not preclude state action on public health matters.

As the Court held, freedom of expression is not absolute and does not extend to disinformation practices that undermine collective fundamental rights, particularly the right to health. In rejecting the claim of unconstitutionality, the Court emphasised that the provision establishes only subsequent administrative liability for unlawful conduct related to the dissemination of false information in a public health context.

NORMS MENTIONED

Article 13 of the American Convention on Human Rights. Principle 5 of the Declaration of Principles on Freedom of Expression, issued by the Inter-American Commission on Human Rights of the Organization of American States (OAS). Article 5, items IV and IX; Article 22, item IV; Article 23, item II; Article 24, item XII; Article 220, paragraphs 1 and 2, of the 1988 Federal Constitution. Decree 52,795/1963. Law 14,268/2020 of the State of Bahia.

La referencia a los medios de comunicación solo tiene efectos indirectos sobre los servicios de telecomunicaciones y radiodifusión, sin excluir la posibilidad de que los estados actúen en materia sanitaria.

Según el Tribunal, la libertad de expresión no es absoluta y no ampara prácticas de desinformación capaces de comprometer los derechos fundamentales de la colectividad, especialmente el derecho a la salud. Al desestimar la solicitud de inconstitucionalidad, el Tribunal destacó que la norma solo prevé la responsabilidad administrativa posterior por conductas ilícitas relacionadas con la difusión de información falsa en el ámbito sanitario.

NORMAS MENCIONADAS

Artículo 13 de la Convención Interamericana de Derechos Humanos. Ítem 5 de la Declaración de Principios sobre Libertad de Expresión de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos de la Organización de los Estados Americanos (OEA). Artículos 5, IV y IX; 22, IV; 23, II; 24, XII; 220, párrafos 1 y 2, de la Constitución Federal de 1988. Decreto 52.795/1963. Ley 14.268/2020, del Estado de Bahia.

STF BULLETIN

PORTUGUÊS

MANDADO DE INJUNÇÃO 7.516

Lacuna legislativa quanto à mineração em terras indígenas, abrangendo a pesquisa e lavra de recursos minerais, bem como a participação das comunidades afetadas.

Relator: Ministro Flávio Dino
Data de julgamento: 13.08.2026
Órgão julgador: Plenário Presencial



MI 7.516

RESUMO

I – A Associação Patjamaaj (Coordenação das Organizações Indígenas do Povo Cinta Larga) ajuizou mandado de injunção contra o Congresso Nacional e a União em face de omissão legislativa quanto ao art. 231, § 3º, da Constituição Federal, que dispõe: "O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei".

A peticionária afirma que a ausência de norma regulamentadora tem beneficiado a atuação de organizações criminosas que atuam no garimpo ilegal, nas invasões das terras indígenas, na lavagem de diamantes e nos conflitos armados, que geram mortes, violência e degradação ambiental. Além disso, a omissão legislativa impede o exercício do direito constitucional de participar dos resultados da lavra mineral, o que compromete o desenvolvimento econômico das comunidades.

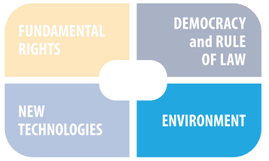
II – O Supremo Tribunal Federal referendou a medida cautelar anteriormente concedida e reconheceu a mora legislativa na regulamentação do art. 231, § 3º, da Constituição Federal. Como essa omissão persiste há mais de 37 anos, o Tribunal fixou o prazo de 24 meses para que o Congresso

ENGLISH

WRIT OF INJUNCTION 7,516

The National Congress is in default for failing to regulate mining on Indigenous lands, including the exploration and extraction of mineral resources and the participation of affected communities, and a 24-month deadline has been set for the enactment of the relevant law.

Rapporteur: Justice Flávio Dino
Decision date: 13 August 2026
Competent court: In-Person Full Court



MI 7,516

SUMMARY

I – The Patjamaaj Association (Coordination of Indigenous Organisations of the Cinta Larga People) filed a writ of injunction against the National Congress and the Federal Government in respect of a legislative omission regarding Article 231, paragraph 3, of the Federal Constitution, which provides that 'The use of water resources, including energy potential, and the exploration and extraction of mineral wealth on Indigenous lands may only take place with the authorisation of the National Congress, upon hearing the affected communities, with participation in the results of the extraction assured to them, in accordance with the law.'

The plaintiff asserted that the absence of regulatory provisions has facilitated the activities of criminal organisations engaged in illegal mining, invasions of Indigenous lands, diamond laundering, and armed conflicts – all of which result in deaths, violence, and environmental degradation. Furthermore, this legislative omission prevents communities from exercising their constitutional right to share in the proceeds of mineral extraction, hindering their economic development.

II – The Federal Supreme Court confirmed the interim relief previously granted and recognized the legislative default in implementing Article 231, paragraph 3, of the Federal Constitution. Because this omission has persisted

ESPAÑOL

MANDADO DE INJUNÇÃO 7.516

Omisión legislativa en materia de minería en tierras indígenas, que abarca la exploración y la explotación de recursos minerales, así como la participación de las comunidades afectadas.

Ponente: Ministro Flávio Dino
Fecha del juicio: 13.08.2026
Órgano juzgador: Pleno Presencial



MI 7.516

RESUMEN

I – La Asociación Patjamaaj (Coordinación de Organizaciones Indígenas del Pueblo Cinta Larga) interpuso un *mandado de injunção* contra el Congreso Nacional y la Unión por omisión legislativa en relación con el artículo 231, párrafo 3, de la Constitución Federal, que establece: "El aprovechamiento de los recursos hídricos, incluidos los potenciales energéticos, así como la exploración y la explotación de los recursos minerales en tierras indígenas, solo podrán llevarse a cabo con autorización del Congreso Nacional, previa consulta a las comunidades afectadas, a las que se les garantizará la participación en los resultados de la explotación, conforme a lo establecido por la ley".

La demandante afirma que la ausencia de una norma reguladora ha favorecido la actuación de organizaciones criminales dedicadas a la minería ilegal, a las invasiones de tierras indígenas, al blanqueo de diamantes y a los conflictos armados, lo que genera muertes, violencia y degradación ambiental. Además, la omisión legislativa impide el ejercicio del derecho constitucional a participar en los beneficios de la explotación minera, lo que obstaculiza el desarrollo económico de las comunidades.

II – El Supremo Tribunal Federal sometió a referéndum la medida cautelar concedida anteriormente y reconoció la mora legislativa en la regulación del artículo 231, párrafo 3, de la Constitución Federal. Dado que esta omisión persiste desde

SUMÁRIO | CONTENTS | INDICE

Nacional edite a lei que regulamentará a exploração mineral em terras indígenas.

Determinou que o Governo Federal promova a retirada de qualquer atividade de garimpo ilegal na Terra Indígena Cinta Larga, podendo empregar, caso julgue necessário, os meios coercitivos que considerar adequados.

O Tribunal destacou que a Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) garantem aos povos indígenas a posse permanente de suas terras e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais nelas existentes. Também ressaltou que esse usufruto não impede a exploração de recursos hídricos e minerais, desde que sejam cumpridas as exigências constitucionais, como a autorização prévia do Congresso Nacional e a consulta às comunidades indígenas afetadas.

Segundo o Tribunal, a situação atual favorece o garimpo ilegal, o narcogarimpo e a atuação crescente de organizações criminosas que se aproveitam de uma rede econômica e política estruturada para impedir que as atividades ligadas à mineração sejam devidamente regulamentadas.

Enquanto não for editada a lei, a Corte estabeleceu as seguintes condições para a mineração na referida área indígena: consulta livre e prévia às comunidades; preferência dos indígenas na exploração dos recursos; realização de estudo ambiental adequado; fiscalização federal; transparência e prestação de contas; limite máximo de 1% da área demarcada; e, garantia de pagamento da participação nos resultados das lavras, cujos recursos devem ser destinados a projetos de segurança territorial, produção sustentável, recuperação ambiental, saúde, educação e sustentabilidade.

E, caso não exerça seu direito de prioridade, mas autorize o empreendimento, o povo indígena terá direito a receber 50% do valor total devido aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da Administração direta da União.

NORMAS MENCIONADAS

Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Artigos 176, § 1º; e, 231, § 3º, da Constituição Federal de 1988. Lei 11.685/2008 (Estatuto do Garimpeiro).

for over 37 years, the Court set a 24-month deadline for the National Congress to enact the law regulating mineral exploration on Indigenous lands.

It ordered the Federal Government to remove any illegal mining operations from the Cinta Larga Indigenous land and, if necessary, to employ whatever coercive measures it deems appropriate.

The Court highlighted that the Federal Constitution and Convention 169 of the International Labour Organization (ILO) guarantee Indigenous peoples permanent possession of their lands and the right to the exclusive use of the natural wealth existing therein. It also underscored that such use does not preclude the exploitation of water and mineral resources, provided that constitutional requirements are met, such as prior authorization from the National Congress and consultation with the affected Indigenous communities.

According to the Court, the current situation encourages illegal mining, including mining financed by drug trafficking, and the growing activities of criminal organisations that exploit an economic and political network designed to prevent mining-related activities from being properly regulated.

Pending the enactment of the law, the Court established the following conditions for mining in that Indigenous area: free, prior consultation with the communities; preference given to Indigenous peoples in the exploitation of resources; performance of an adequate environmental impact assessment; federal oversight; transparency and accountability; a maximum limit of 1 per cent of the demarcated area; and a guaranteed share in mining profits, the proceeds of which must be allocated to territorial security projects, sustainable production, environmental restoration, health, education, and sustainability.

Should the Indigenous community not exercise its right of preference but authorize the project, it shall be entitled to receive 50 per cent of the total amount due to the States, the Federal District, the Municipalities, and the bodies of the direct administration of the Federal Government.

NORMS MENTIONED

Convention 169 of the International Labour Organization (ILO). Article 176, paragraph 1; and Article 231, paragraph 3, of the 1988 Federal Constitution. Law 11,685/2008 (Miners' Statute).

hace más de 37 años, el Tribunal fijó un plazo de 24 meses para que el Congreso Nacional apruebe la ley que regulará la explotación minera en tierras indígenas.

Determinó que el Gobierno Federal promueva la retirada de cualquier actividad de extracción ilegal en la Tierra Indígena Cinta Larga, pudiendo emplear, si lo considera necesario, los medios coercitivos que estime adecuados.

El Tribunal destacó que la Constitución Federal y el Convenio169 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) garantizan a los pueblos indígenas la posesión permanente de sus tierras y el derecho al disfrute exclusivo de las riquezas naturales que en ellas existen. Asimismo, subrayó que dicho usufructo no impide la explotación de los recursos hídricos y minerales, siempre que se cumplan los requisitos constitucionales, como la autorización previa del Congreso Nacional y la consulta a las comunidades indígenas afectadas.

Según el Tribunal, la situación actual favorece la minería ilegal, la narcominería y la creciente actuación de organizaciones criminales que se aprovechan de una red económica y política estructurada para impedir que las actividades relacionadas con la minería estén debidamente reguladas.

Mientras no se apruebe la ley, el Tribunal ha establecido las siguientes condiciones para la minería en dicha zona indígena: consulta libre y previa a las comunidades; preferencia de los indígenas en la explotación de los recursos; realización de un estudio ambiental adecuado; supervisión federal; transparencia y rendición de cuentas; límite máximo del 1 % de la superficie demarcada; y garantía del pago de la participación en los beneficios de la explotación minera, cuyos recursos deben destinarse a proyectos de seguridad territorial, producción sostenible, recuperación medioambiental, salud, educación y sostenibilidad.

Y, en caso de que no ejerza su derecho de prioridad, pero autorice el proyecto, el pueblo indígena tendrá derecho a recibir el 50 % del importe total adeudado a los estados, al Distrito Federal, a los municipios y a los órganos de la Administración directa de la Unión.

NORMAS MENCIONADAS

Convenio169 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT). Artículos 176, párrafo 1, y 231, párrafo 3, de la Constitución Federal de 1988. Ley 11.685/2008 (Estatuto del Minero Artesanal Informal).

STF BULLETIN

PORTUGUÊS

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.537.713

As medidas protetivas da Lei Maria da Penha podem ser aplicadas a distintos tipos de violência de gênero, inclusive fora do âmbito doméstico, familiar ou afetivo.

Relator: Ministro Edson Fachin
Data de julgamento: 19.08.2026
Órgão julgador: Plenário Presencial



ARE 1.537.713

RESUMO

I – A Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) instituiu mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais negou a aplicação de medidas protetivas a uma mulher que havia sido vítima de agressões, por entender que não havia relação doméstica, familiar ou afetiva entre as partes.

O Ministério Público de Minas Gerais questionou o alcance dos instrumentos legais de proteção aos direitos humanos das mulheres em situações de ameaça ou violência baseada no gênero, especialmente quando praticadas fora dos contextos previstos na Lei Maria da Penha.

II – O Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, reconheceu a possibilidade de aplicação das medidas protetivas de urgência previstas na Lei 11.340/2006 a toda forma de violência contra a mulher baseada no gênero, independentemente de sua ocorrência no âmbito doméstico, familiar ou em relação íntima de afeto.

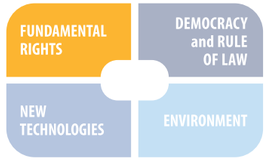
O Tribunal destacou que, mesmo quando o pedido de medida protetiva de urgência for apresentado a um juízo sem competência material para julgá-lo, esse juízo deve analisar o mérito e conceder a proteção caso haja risco iminente à integridade física ou psicológica da vítima. Após a decisão, os autos devem ser encaminhados imediatamente ao juízo competente,

ENGLISH

INTERLOCUTORY APPEAL IN EXTRAORDINARY APPEAL 1,537,713

The protective measures under the Maria da Penha Law may be applied to any form of gender-based violence, even outside the domestic, family, or romantic context.

Rapporteur: Justice Edson Fachin
Decision date: 19 August 2026
Competent court: In-Person Full Court



ARE 1,537,713

SUMMARY

I – Law 11,340/2006 (the Maria da Penha Law) established mechanisms to curb domestic and family violence against women. The Court of Justice of the State of Minas Gerais denied the application of protective measures to a woman who had been assaulted, on the grounds that there was no domestic, family, or romantic relationship between the parties.

The Prosecution Service of Minas Gerais challenged the scope of the legal instruments designed to protect women's human rights in situations of threats or gender-based violence, especially when such acts occur outside the contexts provided for in the Maria da Penha Law.

II – The Federal Supreme Court unanimously recognized the applicability of the urgent protective measures provided for in Law 11,340/2006 to any form of gender-based violence against women, regardless of whether it occurs in the context of a domestic, family, or romantic relationship.

The Court emphasized that, even when an application for an urgent protective measure is submitted to a court lacking subject-matter jurisdiction, that court must review the merits and grant the protection where there is an immediate risk to the victim's physical or psychological integrity. Following the decision, the case file must be forwarded immediately to the adjudicating body, preferably to the Specialized Court on Violence against Women, where

ESPAÑOL

RECURSO CONTRA LA INADMISIÓN DE UN RECURSO EXTRAORDINARIO 1.537.713

Las medidas de protección de la Ley Maria da Penha pueden aplicarse a distintos tipos de violencia de género, incluso fuera de los ámbitos doméstico, familiar o afectivo.

Ponente: Ministro Edson Fachin
Fecha del juicio: 19.08.2026
Órgano juzgador: Pleno Presencial



ARE 1.537.713

RESUMEN

I – La Ley 11.340/2006 (Ley Maria da Penha) estableció mecanismos para combatir la violencia doméstica y familiar contra la mujer. El Tribunal de Justicia de Minas Gerais denegó la aplicación de medidas de protección a una mujer que había sido víctima de agresiones, al considerar que no existía una relación doméstica, familiar o afectiva entre las partes.

El Ministerio Público de Minas Gerais cuestionó el alcance de los instrumentos legales de protección de los derechos humanos de las mujeres en situaciones de amenaza o violencia de género, especialmente cuando se producen fuera de los contextos previstos en la Ley Maria da Penha.

II – El Supremo Tribunal Federal, por unanimidad, reconoció la posibilidad de aplicar las medidas de protección urgentes previstas en la Ley 11.340/2006 a toda forma de violencia de género contra la mujer, independientemente de que ocurra en los ámbitos domésticos, familiar o en una relación íntima de afecto.

El Tribunal destacó que, incluso cuando la solicitud de medida de protección de urgencia se presente ante un juzgado sin competencia material para juzgarla, dicho juzgado deberá examinar el fondo del asunto y conceder la protección en caso de que exista un riesgo inmediato para la integridad física o psicológica de la víctima. Tras la decisión, el expediente

SUMÁRIO | CONTENTS | INDICE

preferencialmente à Vara Especializada em Violência contra a Mulher, quando existente, para confirmação ou eventual modificação da medida. Em situações de urgência, de ameaça ou violência, delegados de polícia ou agentes policiais também podem conceder medidas protetivas.

A regra também se aplica às condutas descritas no art. 326-B do Código Eleitoral: "Assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo".

O Tribunal asseverou que as normas sobre o tema devem ser interpretadas à luz dos tratados internacionais de direitos humanos. Nesse sentido, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), assinada e ratificada pelo Estado brasileiro, adota conceito mais amplo de violência contra a mulher do que o previsto na Lei Maria da Penha, abrangendo situações tanto na esfera pública quanto privada, sem levar em consideração a existência de vínculo efetivo entre o agressor e a vítima.

Com base nesse parâmetro, o Tribunal concluiu que uma interpretação restritiva dos mecanismos de proteção é incompatível com os compromissos internacionais assumidos pelo país na tutela das mulheres em situação de violência.

available, for confirmation or possible modification of the measure. In urgent situations involving threats or violence, police chiefs or police officers may also grant protective measures.

The rule also applies to the conduct described in Article 326-B of the Electoral Code: 'To harass, embarrass, humiliate, persecute, or threaten, by any means, a female candidate for elective office or a female holder of an elective office, exploiting contempt or discrimination based on her status as a woman or her color, race, or ethnicity, with the purpose of preventing or hindering her electoral campaign or the performance of her elective office.'

The Court asserted that the provisions governing the matter must be interpreted in the light of international human rights treaties. In this regard, the Inter-American Convention on the Prevention, Punishment, and Eradication of Violence against Women (Convention of Belém do Pará), signed and ratified by Brazil, adopts a broader concept of violence against women than that provided for in the Maria da Penha Law, encompassing situations in both the public and private spheres, regardless of whether there exists an actual relationship between the perpetrator and the victim.

Based on this criterion, the Court concluded that a narrow interpretation of the protective mechanisms is incompatible with the international commitments undertaken by the country in the protection of women facing violence.

debe remitirse inmediatamente al juzgado competente, preferentemente al Juzgado Especializado en Violencia contra la Mujer, cuando exista, para la confirmación o eventual modificación de la medida. En situaciones de urgencia, amenaza o violencia, los comisarios de policía o los agentes de policía también pueden conceder medidas de protección.

La norma también se aplica a las conductas descritas en el artículo 326-B del Código Electoral: "Acosar, coaccionar, humillar, perseguir o amenazar, por cualquier medio, a una candidata a un cargo electivo o a una titular de un mandato electivo, recurriendo al menosprecio o la discriminación por su condición de mujer o por su color, raza o etnia, con el fin de impedir o dificultar su campaña electoral o el ejercicio de su mandato electivo".

El Tribunal aseveró que las normas sobre este tema deben interpretarse a la luz de los tratados internacionales de derechos humanos. En este sentido, la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer (Convención de Belém do Pará), suscrita y ratificada por el Estado brasileño, adopta un concepto más amplio de violencia contra la mujer que el previsto en la Ley Maria da Penha, abarcando situaciones tanto en la esfera pública como en la privada, independientemente de la existencia de un vínculo efectivo entre el agresor y la víctima.

Basándose en este criterio, el Tribunal concluyó que una interpretación restrictiva de los mecanismos de protección resulta incompatible con los compromisos internacionales asumidos por el país en materia de protección de las mujeres en situación de violencia.

NORMAS MENCIONADAS

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará). Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica). Artigos 1º, III; 5º, LIV e § 2º, da Constituição Federal de 1988. Artigo 326-B, do Código Eleitoral. Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

NORMS MENTIONED

Inter-American Convention on the Prevention, Punishment, and Eradication of Violence against Women (Convention of Belém do Pará). American Convention on Human Rights (Pact of San José, Costa Rica). Article 1, item III; Article 5, item LIV, and paragraph 2 of the 1988 Federal Constitution. Article 326-B of the Electoral Code. Law 11,340/2006 (Maria da Penha Law).

NORMAS MENCIONADAS

Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer (Convención de Belém do Pará). Convención Americana sobre Derechos Humanos (Pacto de San José de Costa Rica). Artículos 1, III; 5, LIV y párrafo 2 de la Constitución Federal de 1988. Artículo 326-B del Código Electoral. Ley 11.340/2006 (Ley Maria da Penha).